



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 15/08/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto
- Exibição de imagens
- Grafia(s) não confirmada(s)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Declaro abertos os trabalhos da 10ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente de 2019. Informo que a nossa reunião está sendo transmitida ao vivo, no portal da Câmara Municipal, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, link auditórios *on-line*. Então, caso vocês quiserem informar àqueles que não estiverem aqui para nos acompanharem simultaneamente, conseguimos transmitir tudo o que debatemos.

Esta audiência pública foi convocada e publicada no *Diário Oficial da Cidade* no dia 9/8/2019. Foi convidado, aprovado pela comissão, o Sr. Carlos Henrique Prestes Camargo, que já está na Mesa conosco, Promotor de Justiça do Meio Ambiente, do Ministério Público de São Paulo, agradeço sua presença e todo o trabalho que vem realizando. Quero também anunciar que foi convidado o nosso Secretário Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e a Tamires Carla de Oliveira, que está ao meu lado, Coordenadora de Gestão de Parques e Biodiversidade do Município é a técnica escalada pela Secretaria para representar o Secretário e a Secretaria e o Poder Público Municipal. Anunciar a presença entre nós do Sr. Heraldo, diretor do parque, muito obrigado pela presença e também pela presença dos nossos dois conselheiros, que já compõem a Mesa, Claudio e Claudia, muito obrigado, parabéns pela eleição de vocês, sucesso no Conselho de Transição, vocês têm uma responsabilidade gigantesca.

Agradeço a presença da Professora Dra. Sueli Furlan, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, que também já está conosco. O Gilberto já fez um conjunto gigantesco de elogios ao seu trabalho, então esperamos muito que você contribua para que não erremos nem no Parlamento, nem no Executivo nas tarefas que temos. Ninguém me contou quem está ao seu lado. Daniela, pronto. Daniela é a técnica do Ministério Público, muito obrigado, nosso Promotor nos informou que sem você ele teria uma fala absolutamente incompleta. Ele colocou nos ombros da técnica uma responsabilidade muito importante no debate que faremos. Assim, cada um aqui tem uma parte do conhecimento, quem sabe da unidade, de todos os nossos conhecimentos, nós acertemos para a nossa Cidade.

Mas, preciso contar a vocês que nada disso aconteceria se não tivéssemos um Vereador absolutamente envolvido com a sustentabilidade da Cidade, com as áreas verdes, com os parques e o nome dele é Gilberto Tanus Natalini, que está ao meu lado. Foi quem pediu a nossa comissão, via Presidente Dalton Silvano, que não somente aprovássemos o requerimento, como eu estivesse aqui fazendo a abertura dos nossos trabalhos. Portanto, se não fosse ele não estaríamos realizando esse debate e não estaríamos com vocês. Peço, então, uma salva de palmas a ele, que tem sido extremamente importante para jogar luz, para jogar esforço técnico e para jogar militância política num tema que muitas vezes deixamos de lado. (Palmas) Faço aqui o meu reconhecimento desses 25 anos de vida pública que tenho, porque acompanho o trabalho do Natalini antes de ele ser vereador, depois no primeiro mandato e no segundo mandato. Depois vim me somar a ele e sei que é meu mestre nesse debate.

Como desenvolveremos os nossos trabalhos? A Tamires vai ter o maior tempo e vai nos contar tudo em até 20 minutos o que aconteceu até aqui. É bem difícil contar tudo em 20 minutos? É. Mas, é o tempo que conseguimos dar a ela, senão não escutaremos vocês. Então, ela terá esse tempo limitado a 20 minutos e prometeu ser o mais concisa e objetiva possível. Sabemos que ontem foi realizada uma audiência pública dentro do parque, portanto tem muito amadurecimento nesse processo, mas nem todos participaram de todos os debates. Há uma necessidade de pelo menos colocar quase todo mundo na mesma página. Esse esforço, então, será feito pela Tamires.

Depois, a orientação do Natalini é que escutemos os nossos dois conselheiros. Depois escutaremos a nossa Professora, a seguir o Ministério Público fará o encerramento com as falas da técnica e do Promotor de Justiça. Quando terminar a fala da Tamires, o Gilberto assumirá daqui a uns 15, 20 minutos, pois preciso ir à outra reunião e esse foi o compromisso que acertei com ele.

Mas, estou muito atento, pois eu que darei o encaminhamento dentro da comissão dos resultados. Então, o Gilberto tem a responsabilidade de me trazer o relatório para ver o

que mais teremos de fazer na Comissão de Meio Ambiente. É um jogo de parceria, muito do que vocês apresentarem pode resultar em um calendário para a Câmara e esse calendário o Gilberto pode trazer para trabalharmos junto com a Comissão Permanente de Meio Ambiente. Por isso, a comissão está reunida aqui.

Abriremos as inscrições, possivelmente estarão abertas até o final da fala da Tamires para podermos organizar, pois a nossa intenção é conseguir concluir até às 21 horas. Teremos de 2h15 a 2h20 de debate, sendo os primeiros 40 e 50 minutos da Mesa, 1h15, 1h20 que ficarão nas mãos de vocês, sempre imaginando que tem de ter um retorno, de cada duas a três falas, voltaremos para explicações e assim por diante, porque senão todos vocês falam sem nenhuma fala da Mesa. Dessa forma, as pessoas saem daqui com as mesmas dúvidas de quando chegaram, ou seja, todo mundo fala, mas ninguém dá encaminhamento nenhum àquilo que é falado.

Audiência pública boa é aquela em que conseguimos tirar decisões dela e não somente escutar as pessoas. É muito importante a escuta, mas a criação de calendários e soluções para os problemas apontados são essenciais nas audiências públicas. Só a escuta nas audiências públicas nos obriga a fazer mais e mais escutas e não conseguimos pôr tudo num trilho de soluções. Portanto, as audiências públicas têm de confluir para tomadas de decisão ou para orientar os agentes públicos daquilo que a sociedade quer, portanto nos orienta nas falas de vocês.

A secretaria fará as inscrições de vocês e elas serão por chegada, sempre a tese da comissão é nunca usar muito mais do que três a quatro minutos nas falas, então pedimos a compreensão de todos para que o maior número de pessoas possa falar. É importante termos todas as inscrições até certo momento, porque veremos quanto tempo gastaremos para distribuí-lo nas falas de vocês, permitindo até falas mais longas, se houver menos inscritos.

Tamires, agora você tem o uso da palavra, se precisar usar a nossa projeção, fique à vontade e aqui já faço o serviço de utilidade pública, Dolores Brandassi, o seu bilhete único e a cópia do seu RG estão com a nossa equipe na secretaria.

Tem a palavra a Sra. Tamires Carla de Oliveira por até 20 minutos.

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Boa noite a todos. Para quem ainda não me conhece, tem vários rostos aqui que tenho encontrado bastante. Meu nome é Tamires, atualmente sou Coordenadora de Gestão de Parques e Biodiversidade, para quem não sabe é o antigo Depave, depois da reestruturação da Secretaria, enfim, os nomes mudaram. Então, quem é responsável por todos os parques e áreas verdes, exceto praças, todos os parques, unidades de conservação, fauna silvestre, arborização urbana, produção, viveiros estão sob minha responsabilidade na Secretaria atualmente. Já estou na Secretaria há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tamires, deixa só confirmar, pois me passou despercebido, o Tobias, se ficar à vontade, poderá compor a Mesa conosco, que também terá cinco minutos, orientado pelo Gilberto Natalini. Desculpe, só para fechar a composição da Mesa e a oportunidade para que o Tobias tenha cinco minutos, se assim for o seu desejo. Devolvida a palavra, Tamires.

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Como estava falando, já estou na Secretaria há algum tempo e até há quatro, cinco meses, um pouco mais, eu era Diretora de Projetos e Obras, então várias coisas conheço razoavelmente bem.

Acho que para contextualizar, quem não participou de absolutamente nada, para quem está chegando agora, para quem não entende muito bem esse processo, acho que é só voltar um pouco.

Desde 2017, nessa atual gestão, foi tomada a decisão de se fazer a concessão dos parques municipais, por diversas questões, principalmente, a questão de como podemos melhorar essa gestão, bem como a questão dos investimentos. Todo mundo sabe da questão dos custos dos parques.

Essa era a visão naquele momento e isso se desdobrou em diversos processos dentro e fora da Câmara, para poder chegar a esse momento, que foi a concessão do Parque Ibirapuera. Passou por diversos estudos. A população sempre esteve ativa nesse processo, para tentar brigar por todas as questões. No final do ano, mais ou menos, saiu o edital de

concessão do que eles chamaram “1º Lote de Concessão”, o que inclui o Parque Ibirapuera, Jacintho Alberto, Jardim Felicidade, Eucaliptos, Lajeado e... Eu sempre esqueço todos, gente. E Tenente Brigadeiro Faria Lima... Obrigada!

Desde então, quando houve... Antes da abertura dos envelopes, o Vereador, juntamente com o Ministério Público e toda a população, entrou com as ações, para exigir que o Plano Diretor do Parque... Vocês me corrijam, gente. Estou falando, aqui, mas cada um também tem um ponto de vista. Que o Plano Diretor do Parque fosse feito antes da assinatura do contrato, embora ele fosse uma exigência legal dentro do período de... Uma exigência do próprio contrato, dentro do período de transição – o que é razoável e é o que está sendo feito...

Desde então, começamos a trabalhar dentro da Secretaria, juntamente com a SP Parcerias, em um primeiro momento. Só para deixar claro, o prazo acordado na época foi de seis meses. É por isso que esse também é sempre um tema que surge. No primeiro momento, foi feito um primeiro Plano Diretor e foi bastante refutado pelo Conselho Gestor e por todo mundo. Recebemos diversas críticas e alteramos a caminhada da coisa. A Secretaria do Verde passou a protagonizar isso 100%. A SP Parcerias obviamente não saiu desse processo, porque precisamos de certo apoio técnico que eles têm a possibilidade de nos fornecer.

Montamos essa agenda de processo participativo, enfim, tentando buscar, a partir do que chegava para nós – do conselho, de os próprios Vereadores mandarem os ofícios, do próprio Promotor, com vários relatórios, com várias análises –, o que achávamos razoável, possível de se fazer. Então, no momento em que começamos a propor atividades que traziam a população junto ao processo de elaboração, inicialmente propusemos as três primeiras atividades, que foram oficinas bastante lúdicas, de aproximação, realmente, e de tentar entender, nesse imaginário das pessoas que utilizam o parque... Diversas pessoas foram. Uns criticam o público e outros, não. Enfim, por todos esses conflitos vamos passando, dentro desse processo, o que é muito natural.

Então, foram feitas três oficinas. No último dia, em que fizemos uma consolidação delas, saíram coisas interessantes. Vimos que, de fato, precisávamos deixar isso mais...

Incorporar mais coisas... Tomamos a decisão de, de fato, buscar fazer uma pesquisa com os frequentadores, fóruns em que realmente chamemos os especialistas para poder discutir determinados assuntos, a consulta pública via uma plataforma que facilitasse a todo mundo dar sua opinião.

Enfim, pensamos em várias coisas para incluir no processo a população e quem quisesse dar qualquer tipo de opinião. Tentamos deixar isso o mais aberto e transparente possível, porque a crítica sempre foi a questão da transparência. É o que temos buscado ao máximo. É claro que não dá para atender todo mundo o tempo todo. Não dá para responder todos os *e-mails*. Não dá para responder todos os ofícios com rapidez, mas é isso o que estamos buscando.

Essa agenda que temos agora é composta pelos fóruns. Os temas dos fóruns foram um entendimento, uma leitura que fizemos dos temas que apareceram mais durante as oficinas. Então, o primeiro, que foi na semana passada, foi o papel do parque urbano, justamente por essa questão, para entendermos qual é o papel dos parques. Qual é o papel que o Ibirapuera cumpre? Temos uma função ambiental, mas temos uma série de outras questões que são trabalhadas lá. É um equipamento superimportante, que recebe milhões de pessoas por mês. Então, como lidamos com essas coisas – preservação ambiental, patrimônio cultural, utilização pesada pela população?

Trouxemos para esse dia três arquitetos para falar e um historiador para mediar. Havia uma pessoa falando sobre a questão do conceito do parque e outra, sobre a questão da acessibilidade, que foi um dos assuntos que mais apareceram. É mais acessibilidade, no sentido de entender isso universalmente, de forma que qualquer um possa ter acesso a tudo e poder de escolha para tudo, para chegarmos a uma discussão bem ampla e sabermos como vamos traçar essas diretrizes no plano, para garantir isso. O pessoal do PH também foi falar, de uma forma bastante legalista e muito clara, sobre a questão do tombamento do parque.

Ontem, tivemos a primeira audiência dessa agenda, por parte da organização da Secretaria. Esta audiência é de organização da Câmara. Eu não sei vocês, mas eu achei o

resultado de ontem bastante positivo. Bastante gente falou. Como eu estou coordenando isso, eu tenho deixado, assim, a maior possibilidade de as pessoas falarem, sempre que elas podem. Então, insisto muito para que falem, perguntando: “Alguém mais quer falar?” Assim, teremos bastante material e saberemos o que, realmente, está acontecendo – apesar de as coisas sempre serem mais ou menos as mesmas.

Hoje, estamos aqui, para fazer mais uma audiência. Amanhã, temos outro fórum de serviços ecossistêmicos. Também, é a mesma coisa: três técnicos, três pessoas, especialistas em determinados assuntos, com uma mediação. Amanhã, vai haver uma pessoa falando da questão da vegetação, fauna e mudanças climáticas, porque é o serviço que essas áreas verdes prestam. Estou vendo vocês com a camiseta – o que é muito legal. Amanhã, acho bem legal que o máximo de pessoas vá, porque vamos discutir, justamente, a importância de tudo isso por que vocês estão brigando. Então, é fundamental.

Eu mudei a data do terceiro dia, por conta de os próprios convidados quererem muito participar. Eu falei: “Tudo bem, porque realmente são pessoas de peso.” Vamos fazer a divulgação amanhã, direitinho. É sobre a água. Acho que foi o tema mais importante que apareceu, até porque é um tema muito complexo, que temos de encarar. Aí, temos de equalizar como é que vamos encarar esse tema dentro do Plano Diretor e pensar como é que vamos tratar esse tema dentro do parque, neste caso.

Então, estamos nesse período, nesse processo de elaboração. As equipes estão sempre trabalhando e buscando fazer toda a revisão. A consulta pública está aberta na plataforma Participe, do *site* Gestão Urbana. A pesquisa está aberta. O *link* está no *site* da Secretaria. Eu acho que é fundamental que todo mundo participe como for possível. Ontem, foi levantada essa questão: “Ah, mas, eu não gosto de ver no computador. Ah, mas, eu não sei.” Enfim, eu acho que estamos tentando abrir o máximo de possibilidades. Então, na audiência pública, venha para falar. No computador, no *site*, escreva. Não teve jeito de fazer nada disso? Vá até a Secretaria. Procure-nos. Marque uma reunião. Sei lá, faça qualquer coisa, mas não se limite às plataformas que estão postas. Isso é fundamental para que esse processo seja

bastante rico.

Temos olhado diariamente todas as coisas, para poder incorporar à pesquisa, apesar de vocês acharem pouco, mas estamos percebendo que, realmente, a cada dia, aumenta o número de pessoas que vêm respondendo. Ela vai ser feita presencialmente, também, nas próximas semanas. Está sendo um grande aprendizado, como eu falei ontem, para nós – para mim, então, que sou arquiteta! Eu estava sempre muito naquele âmbito do projeto e obra, projeto e obra, ali, dentro da Secretaria. Eu tenho aprendido muito, principalmente com relação a matérias das biológicas, assim.

Então, tem sido muito bom para nós – acho que, para vocês, também – aprender com todo esse processo. Tem todas as falhas que já sabemos, mas é o cenário que está posto e é o cenário com que estamos trabalhando. É o prazo que está posto. É o prazo com que estamos trabalhando.

Acho que, basicamente, é isso. Se vocês tiverem dúvidas, acho que isso vai aparecendo ao longo da fala de vocês. Eu acho que é isso, Vereador. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço à Sra. Tamires. Vamos passar, imediatamente, à Sra. Claudia e, depois, ao Sr. Claudio. Depois, viremos para o lado de cá. Então, começa lá, da ponta. É o inverso? Então, serão Sr. Claudio e Sra. Claudia. Então, a palavra está com vocês, do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera.

O SR. CLAUDIO EUGENIO NESZLINGER – Boa noite. Meu nome é Claudio Neszlinger. Eu sou membro do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera. Eu sou representante dos usuários do parque, eleito para o biênio 2019/2021.

Eu quero, em primeiro lugar, fazer alguns agradecimentos. Agradeço ao Dr. Gilberto Natalini, por garantir este espaço ao Conselho Gestor, principalmente depois de o Poder Executivo ter subtraído dos conselhos do Município, em geral, o poder deliberativo, tornando somente consultiva a nossa participação. Então, se estamos aqui e estamos sendo ouvidos, é graças ao entendimento do Dr. Gilberto Natalini de que a participação da sociedade civil importa nesses processos. Agradeço, também, ao Dr. Carlos Henrique, presente à Mesa,

que sempre acolheu as aflições do Conselho Gestor, orientando-nos sobre como proceder e dando uma visão adequada sobre os processos jurídicos.

Quero, também, reconhecer a melhoria que a Secretaria do Verde trouxe para a qualidade desse segundo documento. O primeiro documento, que foi publicado no dia 15 de maio, para consulta pública, era basicamente o Caderno de Encargos da licitação, com algumas fotos do parque. Isso foi o que criticamos bastante e, depois, em um segundo momento, com a chegada efetiva da Secretaria do Verde, seus técnicos e a equipe toda da Tamires, o processo tomou outra qualidade, outro ritmo. Quero reconhecer isso, aqui, em nome do Conselho.

Os nossos 20 minutos vão ser divididos, basicamente, entre uma fala muito rápida minha, de abertura, e alguns pontos de melhoria que entendamos que o processo possa ter – o processo em geral, de construção, ainda que falte pouco tempo para isso ser encerrado. A Claudia, na sequência, vai dar alguns exemplos mais pontuais de alguns capítulos que achamos críticos, que podem e devem ser melhorados. O texto ainda está, em nossa opinião, muito falho em alguns pontos. Vamos mostrar um vídeo de quatro minutos. Estou dentro, sempre, do tempo, dos 20. É um vídeo que traz o olhar dos técnicos do parque nas questões de fauna e flora. Temos, também, alguns outros especialistas que vão se inscrever, nas contribuições, para falar das águas, para falar de projetos culturais e arquitetônicos. Enfim, essa vai ser a nossa sequência.

No processo genérico, eu quero fazer um primeiro comentário. Logo no primeiro parágrafo do texto, está escrito que é sob a perspectiva de uma concessão pública de 35 anos. No nosso entendimento, isso não deveria ser. Esse documento todo, esse trabalho todo, não está sendo feito por causa de uma concessão. Ele está sendo feito para garantir que esse espaço público se perpetue, independentemente de quem estiver lá. Eu tenho certeza de que vai ajudar muito a concessão. Vai ajudar quem quer que esteja gerindo esse parque. Vai ter nele um documento muito sério e muito consistente, para fazer a gestão.

No terceiro parágrafo, também, eu suprimiria... O Plano Diretor só está sendo

elaborado em função do acordo, ação do Ministério Público. Eu acho que deveríamos ter um entendimento de que o Plano Diretor está sendo feito porque todos nós – inclusive, a Secretaria do Verde – entendemos que ele é um documento útil, necessário e que vai garantir e perpetuar a função do parque nos seus âmbitos ambientais, de fauna e flora, focado nos usuários, preservando o projeto arquitetônico, preservando o seu uso ambiental e cultural.

Consideramos que a metodologia empírica que foi usada em algumas partes dessa construção não foi adequada. Quando falamos de um diagnóstico exato, temos de usar metodologias científicas, baseadas em dados científicos, em diagnósticos e em inventários. Continuamos insistindo no ponto: apesar de ter melhorado nesse segundo momento, continua havendo baixíssima participação da sociedade civil, considerando um parque que recebe 15 milhões de pessoas por ano como visitantes. Então, as amostras que foram registradas nos fóruns, nos encontros, além de pequenas, em algumas delas, acabam sendo estatisticamente bem pouco representativas, porque havia muitas pessoas interessadas da Secretaria, da própria concessionária e do Conselho Gestor. Então, nós achamos que a participação da sociedade civil e de especialistas externos ainda foi pobre.

O Conselho acha que existe uma confusão de conceitos em vários momentos do documento, entre o que é um Plano Diretor – que aponta um norte, a visão futura do parque, o que o usuário espera dele no futuro e, a partir daí, sim, quais projetos vamos realizar, para chegar até ele – e um plano de gestão. Em alguns momentos, o documento ainda fala em realizar a manutenção e retirar o lixo. Isso não é Plano Diretor. Isso é plano de gestão. Isso é manutenção do dia a dia. Não deveria estar ali. Então, dá a sensação para nós de que existe ainda certa confusão conceitual.

Só encerrando, o que é que entendemos como a visão futura? O que é que o usuário espera desse parque daqui a cinco ou 10 anos? A sociedade está se transformando. Estamos falando em novos modais de mobilidade. Estamos falando de novas formas de a sociedade se comportar. O parque tem de acompanhar isso. O parque tem de se transformar ao longo do tempo, atendendo às expectativas dos seus usuários. Queremos carros?

Queremos um parque entupido de estacionamentos ou queremos mais área verde, mais equipamentos de lazer, mais cursos, mais atividades culturais, das quais o usuário realmente se beneficie?

Bom, era isso. Passo, agora, para a Claudia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Antes de a Sra. Claudia falar, eu vou dar por encerradas as inscrições. Nós temos 19 inscritos aqui, na nossa sala, e mais dois inscritos, lá, na sala à distância. Então, vou pedir para a nossa equipe buscar os dois que pediram inscrição, lá, embaixo. Portanto, estamos garantindo o mesmo direito àqueles que estão aqui e àqueles que estão lá, embaixo.

Como combinei com o Vereador Gilberto Natalini, a partir de agora, S.Exa. assume os nossos trabalhos, com o compromisso de termos um relatório dentro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, para que demos continuidade a este debate.

Boa audiência pública para todos vocês e muito obrigado pela presença. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Gilberto Natalini.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Obrigado, Vereador José Police Neto. Para mim, foi muito prazeroso ter V.Exa. aqui, como representante da Comissão de Política Urbana, para fazer a abertura regimental desta audiência, uma vez que eu não pertencço à Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente e fui eu que pedi a audiência.

O Vereador Dalton Silvano, a quem eu também quero agradecer, anuiu, recebeu, votou e aprovou esta audiência que está aqui. Designou o Vereador José Police Neto, que veio aqui e nos brindou com a sua presença e com o início da audiência.

Muito obrigado. Espero que V.Exa. possa continuar acompanhando o processo, para nos ajudar a chegar ao melhor termo. Até logo e obrigado. (Palmas)

Dando continuidade, então, as inscrições estão encerradas, porque já há 21 pessoas para falar, mas vamos continuar com a Mesa, concedendo cinco minutos para a Sra. Claudia Vacilian Cahali, do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera.

A SRA. CLAUDIA VACILIAN MENDES CAHALI – boa noite. Eu vou continuar com a fala do Claudio, para sermos mais ágeis. Analisamos esse documento que foi publicado, discutimos em várias reuniões do Conselho, conforme o Claudio falou, encontramos alguns pontos que se mantiveram de uma versão para outra.

Quando falamos da inserção urbana, do entorno do Parque, entendemos que o que está colocado ali são dados, mas que não falam dos impactos desse entorno no Parque. Temos áreas que foram mudadas, tiveram modificadas seu zoneamento no último Plano Diretor da Cidade, que vai ter um impacto grande com relação ao número de pessoas que estarão ao redor do Parque, porque são áreas de adensamento e verticalização bem grande, e isso tem impacto, inclusive, nas áreas subterrâneas. Sei que há especialistas nisso que falarão.

Acho que seria importante termos isso no Plano Diretor: como se vai trabalhar, no futuro, com esses impactos?

Outra coisa, o Claudio já falou do processo participativo, mas estão determinados os usos fundamentais do Parque, então, isso foi feito a partir de um universo de dados dos encontros, das oficinas, de 45 pessoas. Entende-se que, para um Parque que atende 15 milhões de pessoas, hierarquizarmos os usos a partir da leitura e visão de 45 pessoas é pouco. Dentro dessa hierarquia, o uso educacional é prioritário. É o que tem predominância, na sequencia, o cultural; depois, o lazer recreativo ativo, depois, lazer esportivo e, por fim, o lazer recreativo ócio.

Parece-me que deveria ser melhor trabalhado isso, para podermos entender como irá se desenvolver, quais são as questões importantes no Parque.

Com relação à compatibilidade de usos, ainda não está claro para nós. Eu ainda não consegui encontrar o que será feito para mitigar algumas situações de conflito que existem e como isso vai ser feito ao longo do tempo.

Quando falei da inserção urbana, com o Parque, com as melhorias pretendidas, a gente vai ter uma maior frequência, mais gente dentro do Parque. Então, tem que ser pensado como os serviços serão ofertados lá, as instalações estão suficientes, tem que haver uma

revisão, qual o tempo? Se pegarmos o número de sanitários, o que já há lá é suficiente para um número de pessoas, mas daqui a 5 anos será suficiente? Essas coisas têm que estar colocadas ali.

A questão da acessibilidade, temos o metrô que chegou um pouco mais perto do Parque com a linha Lilás, mas como será feita a acessibilidade, o trajeto dessas pessoas até o Parque? Como elas chegarão lá? Vai continuar sendo como é na Rodrigues Alves, onde as pessoas descem, praticamente, pelo meio da rua, vindo da Estação Ana Rosa. São questões importantes que faltam serem pensadas.

Ter essa possibilidade de transporte próximo ao Parque faz com que a gente tenha uma participação muito maior de pessoas que não são moradoras do entorno. Então, o transporte público garante o uso democrático do Parque. Teremos sempre mais gente de todos os lugares.

Sobre a questão de obras, projetos e ações, continuamos com várias repetições no caderno de encargos. Acho muito importante isso ser desenvolvido, pois o caderno de encargos faz parte da concessão e não faz parte de um Plano Diretor. Quando o Plano Diretor está descrevendo cada um dos equipamentos, ele deveria ter um diagnóstico da situação atual, de quanto em quanto tempo será preciso fazer algumas revisões. A impermeabilização não é somente uma manutenção periódica, tem que ser feitas inspeções com laudos. Isso tem que ser melhor desenvolvido para termos, realmente, a garantia de que será tudo preservado lá.

Quando falamos do número de visitantes, para aquilo que se está pretendendo no caso do Pracuba, seria interessante termos mais dados de lotação, frequência, para conseguirmos dimensionar o que haverá lá. Muitas coisas na descrição do Pracuba falam da concessão e, se o Plano Diretor é para o Parque, temos que tentar tirar o máximo da questão da concessão, mesmo a gente sabendo que ele estará sob concessão.

Tem algumas ações e diretrizes que ainda não estão bem definidas, como, por exemplo, não tem parâmetros falam “melhoria na qualidade da alimentação nas lanchonetes”, mas tem que ter o significa “melhorar”, haverá alguma limitação, tem algum tipo de limitação de

oferta de alimentos com gorduras trans, refrigerantes, açúcar, sódio? Seria importante o envolvimento da Secretaria da Saúde nesse aspecto.

“Redução de conflitos nos modais de mobilidade e práticas esportivas”: a gente tinha só bicicleta, skates, corredores. Agora, entraram os patinetes. Como isso será feito? Temos um problema bem sério lá de conflitos, e eu não consegui enxergar, neste documento, quais as propostas, como isso será feito.

Acho que é, basicamente, isso.

Acho que será legal vermos o vídeo da Assucena (?).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Mas o vídeo, espera um pouquinho.

Esse vídeo não estava combinado com a gente.

- Fala fora do microfone: “Estava sim”.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Estava combinado com quem? Quem combinou o vídeo? (Pausa) Leonardo combinou o vídeo?

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Tá. Então, se está combinado com Leonardo, está combinado comigo. Pode passar o vídeo.

- Apresentação de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Muito bem.

Nós vamos dar continuidade aos trabalhos, a mesa estará com a palavra para, agora, a Professora Sueli Furlan, Professora Doutora do Departamento de Geografia da USP, que tem uma experiência profissional grande na questão de planejamento de Parques.

A SRA. SUELI ANGELO FURLAN – Boa noite a todas e todos. Para mim é uma honra estar aqui. Começo agradecendo o convite do Vereador Dr. Gilberto Natalini, também, do Leonardo que entrou em contato comigo.

Quero dizer que eu concordo com muitas coisas que foram ditas antes. Vou tentar não repeti-las, apenas acrescentando coisas que acho que são importantes e que estão nos textos, de alguma maneira, ocultadas.

Começo dizendo que, todos os dias, o ser humano, segundo um estudo feito pela neurociência, chega a fazer 35 mil escolhas por dia. Imagine como é a nossa vida. Estamos a todo tempo tendo que ter repertório para fazermos escolhas. Esses momentos coletivos de participação são momentos em que podemos aprender mais para termos mais repertório para fazermos escolhas. Não são só para esclarecimentos ou outras coisas que acontecem quando a gente se encontra, mas é fundamental que possamos, ouvindo e discutindo, aprendermos sempre mais para tomarmos as melhores decisões e fazermos as melhores escolhas.

Organizei a minha fala e gostaria de me apresentar bem rapidinho, só para dizer de onde eu falo, porque, assim, vocês poderão entender melhor o que vou dizer.

Trabalho na Universidade de São Paulo; sou Bióloga e Geógrafa há muitos anos; pesquiso áreas protegidas, gosto do assunto e trabalho com o planejamento da paisagem que é um conceito geográfico. Trabalhei por muitos anos no Condephaat como técnica e tive a oportunidade de ser Conselheira por muitos anos também.

Então, organizei minha fala para destacar, do Plano Diretor que eu li, tive uma disciplina muito intensa para ler todos os documentos. Não dá para falar de tudo, mas fiz quatro destaques que gostaria de trazer para conversarmos.

O primeiro deles é em relação ao tombamento e proteção da paisagem, que acho fundamental; o segundo, trabalhar o conceito de paisagem que está mais associado às características do sítio geográfico do Parque Ibirapuera; o quarto (?) é falar do Plano em relação ao que ele adotou como metodologia, pensar algumas coisas que gostei muito de ler, li e escrevi comentários, fiz o papel de uma pessoa que está na sociedade avaliando e participando de uma ouvidoria, uma audiência pública.

Vou comentar coisa que acho que estão na linha de mostrar onde estão as fragilidades e, também, mostrar coisas que achei que são importantes. Por fim, se der tempo, talvez fique para um debate, gostaria de dar opinião sobre a pesquisa de percepção, porque sou especialista em percepção ambiental. Meu doutorado é sobre isso: Mata Atlântica e percepção ambiental. Se houver tempo, porque achei que é muita coisa. Vou tentar chegar

nesses quatro pontos.

Vou falar, primeiro, do tombamento: a paisagem é um conceito geográfico que, na legislação brasileira, não está contemplado no sistema ambiental; está contemplado no patrimônio. Temos lutado para que a paisagem seja um conceito trabalhado no planejamento porque é um conceito integrador do cultural e do natural, que é uma visão mais atual. Em todos os lugares em que vou eu sempre digo; “os únicos órgãos que protegem a paisagem são os órgãos de patrimônio”. Em outros países isso é diferente, por exemplo, na França, a paisagem faz parte da legislação ambiental. Portanto ela é uma dimensão ecossistêmica, é uma visão integradora pensada dentro da legislação ambiental. Nós temos essas duas direções que acabaram consignado diretrizes, legislações muito distintas e muitas vezes conflitantes no sentido de que a gente olha muitos componentes na legislação ambiental e no cultural, e na paisagem patrimonial que é natural também tentamos olhar de maneira integrada. E aí da minha experiência de trabalhar no Condephaat os esforços que foram feitos de tombamento de paisagem que é tombamento de áreas, o Parque do Ibirapuera pode ser considerado, é considerado em 1992 um tombamento paisagístico, ele pensou na integração. Eu poderia dizer assim - sei que têm especialistas aqui do patrimônio – o tombamento do IPHAN, é um tombamento arquitetônico. O tombamento do Condephaat é um tombamento paisagístico, ambiental e o tombamento do Conpresp é um tombamento mais de caracterização urbanística. Ele está pensando na cidade, no urbano. E o Condephaat foi o órgão que talvez tenha dado alguns instrumentos que hoje são muito valiosos para a gente pensar, esse sítio geográfico do Ibirapuera e que temos de pensar como Plano Diretor na linha do que foi falado aqui, que o plano ele é para gerar em nós uma perspectiva de que paisagem queremos no futuro. Que paisagem vamos legar? Que paisagem iremos deixar para os outros paulistanos que virão depois de nós. Qual é a paisagem que a gente quer? E nessa discussão o Condephaat, nessa década, foi um órgão muito importante, porque o sistema ambiental estava se configurando com a Legislação, e foi da coragem dos seus técnicos, da coragem também de muitos conselheiros, a pensar o tombamento como um instrumento de preservação. Então o

tombamento é uma legislação de preservação. E aí como de preservação, explicando para vocês, ele é bastante exigente, e nessas exigências, no caso específico do Ibirapuera, lendo o Plano de Diretor que está proposto, eu sei que foi um esforço grande, nós todos aqui estamos fazendo um grande esforço. Elogio o esforço dos técnicos, respeito muito o trabalho dos técnicos, mas no Plano Diretor, acredito que a condição de preservação do Parque do Ibirapuera ela está muito prejudicada, em pensar a paisagem na sua totalidade, em pensar a importância do ambiental para o Parque do Ibirapuera, eu vou explicar por que. Por que a gente fala lá em alguns preceitos que são, não para serem olhados fragmentadamente. Essa paisagem do Ibirapuera nesta situação geográfica que está, era uma planície fluvial, chamada de várzea em alguns documentos, mas geograficamente a gente chama de planície fluvial. Como planície fluvial ela teve alguns atributos. Por exemplo: toda planície fluvial é a parte da drenagem que tem de ser permeável. Ela tem de ter uma capacidade das flutuações águas. Então trazendo para o contemporâneo aquilo que pensamos lá em 92 como paisagem impermeável, condição permeável e exigência que essa condição de impermeabilidade fosse garantida. Hoje chamada de serviço de regulação. Serviços ecossistêmicos de regulação. Regula além do parque. Ela regula fluxos de drenagens que estão ali um pouco constrangidas pela ocupação Urbana, pelo tecido Urbano e no Ibirapuera a vantagem disso funcionar ainda de alguma maneira com essa permeabilidade. Então lá em 92 quando tem o quesito do plano que diz garantir, não diminuir não serão permitidas a diminuição da superfície permeáveis, estamos falando de algo, naquela época, que hoje é entendido como entendido como serviço de regulação. Então é preciso decidir mais uma escolha o queremos para o futuro de uma cidade extremamente ocupada e que tem alguns respiros em alguns setores para garantir para todos nós, para que tenhamos alguma regulação nesses ambientes. Então o tombamento de paisagem ele pensa a partir desse pequeno exemplo que eu dei da funcionalidade. A funcionalidade ela é a integração de várias variáveis no meio físico biológico e também cultural. Não também dizendo que é uma paisagem natural. Ela não ela é. Ela é uma paisagem. Se dicotomia.

Mas o que a gente espera é que a leitura dessa paisagem seja feita de forma a entender essa integração funcional, por isso - o segundo que eu queria abordar - é que justamente no Plano Diretor as coisas são colocadas como se fossem fragmentos de natureza sem analisar essa integração, sem analisar funcionalmente o que contribui a cobertura vegetal para permeabilidade, o que contribui a biodiversidade para garantir essa cobertura vegetal, o que contribui você olhar os espaços permeáveis como renovadores ou capazes de fazer essa regulação.

Então, como o Plano Diretor é um documento que se baseia na ideia de que vamos oferecer cenários, que a gente vai dar proposições para o futuro, ele tem que pensar qual é o futuro que está se pensando para essa condição desse sítio físico.

E aí, então, eu gostaria de dizer que uma das sugestões que eu daria para os planos acompanharem um pouco o que se discute hoje de proteção de paisagens urbanas, de ecologia de paisagens urbanas, é que a gente trabalhe a partir de analisar quais são as preservações necessárias dos habitats que estão lá.

Li as fases todas e foi muito interessante. A contribuição do Herbário Municipal e a contribuição do Centro de Divisão de Fauna é muito importante, é muito preciosa dentro desse estudo porque a gente tem ali indicadores para esses habitats, mas não temos uma análise dos habitats. Então, vou-me permitir fazer uma crítica de que as listas são fundamentais, mas sem analisá-las, elas não dizem o que a gente precisa para tomar decisão.

É claro que a gente pode focar em coisas que estão na legislação, fauna ameaçada... é importantíssimo, eu sei, eu conheço o trabalho do pessoal da Divisão de Fauna e sei quão sério é assim como o trabalho do Herbário Municipal, mas ele está subdimensionado ainda dentro desse trabalho.

Portanto, a funcionalidade, a proteção dos habitats é caracterizada de uma maneira que não oferece, para tomada de decisão, a melhor escolha do que se fazer quando se vai zonear este parque.

Aí tenho uma crítica ao zoneamento também porque a gente acaba analisando

como se as coisas fossem estanques e isoladas na natureza e nada é assim, tudo é fluxo, tudo está interagindo.

Então, na medida em que eu proponho mudanças nas características desses compartimentos, eu estou tendo resultado diferentes desses habitats que poderiam ser esperados e muito pouco com indicadores, precisa até de monitoramento porque não há também proposta de monitoramento.

Tudo isso dá uma leitura que considero que o Plano Diretor é muito mais descritivo do que analítico. Também a questão do tempo. É claro que foi uma proposta que foi possível de ser construída, mas se a gente olhar o que está sendo trabalhado hoje na análise de ecologia de paisagens urbanas, a gente está com uma... vou usar, desculpe-me, eu respeito o trabalho, mas eu preciso dizer: temos um trabalho que é uma forma de produzir plano muito antiga e hoje não se produz assim mais. A gente trabalha com outras metodologias mais potentes para poder olhar o objeto da preservação.

Se o objeto da preservação são essas características do meio físico, do meio cultural, a metodologia tem que dar conta de explicar como isso funciona. É claro que a partir dos inventários e demonstrar lacunas. Onde eu não sei, claro, eu vou dizer o princípio da precaução, eu não sei como que funciona exatamente os processos erosivos e vou precisar estudar mais. Então, o Plano indica que é preciso aqui cuidar para que sejam feitos esses estudos. Eu não sei qual é exatamente o habitat dos morcegos, mas posso indicar que sejam feitos os estudos, mas sempre se pautando por uma ideia de funcionamento, de integração e de habitat e não apenas de itens.

Eu gostei muito do vídeo porque quando mostra uma ave - eu sei que ela está ali -, mas como ela vive ali? É diferente estar ali e do viver ali. Daí eu entro em outra camada do Plano que muitas vezes ela reduz a possibilidade da gente decidir o que fazer. Então, o que os usuários querem fazer em uma área que é tombada e tem essa lógica da preservação, que é muito exigente, eu preciso saber se o que eu pretendo fazer ou eu quero fazer é possível para garantir essa integridade do bem tombado. E aí também eu não vi uma análise dizendo que

está garantindo a integridade do bem tombado, que isso é da legislação de tombamento.

O último item: falar sobre a questão da percepção. Concordo que as amostragens foram as possíveis, mas sabendo que a percepção é usada no planejamento para entender qual é a rede de significados. Qual é a rede de significados do Parque do Ibirapuera? Que significado tem para os pesquisadores? Que significado tem para a população esportista? Que significado tem para as pessoas que vão lá aprender?

Então, o capítulo que trata da metodologia e que foi feita as oficinas não esclarece o perfil das pessoas que participam, então, eu não sei dizer se essa percepção é válida porque eu não sei qual é o perfil. Vi que foram feitas coisas bem interessantes com metodologias ativas e, inclusive, eu escrevi lá, elogiei porque é muito bacana ter essa participação, é claro que tem que ter. É claro que a percepção é muito usada em planejamento porque é balizadora justamente daquilo que a gente não consegue enxergar só do ponto de vista científico, a gente percebe a pessoa, mas ela está em um contexto de rede de significados. A percepção tem validade quando explícita qual é a rede de significados para a gente ponderar sobre o que está evidente, como as pessoas leem aquela paisagem.

A leitura da paisagem é complexa. Ela tem que abranger a diversidade. Daí, não é só a quantidade de participantes, mas a diversidade de participantes e como não tem os perfis e nem as biografias, eu não sei dizer se aquilo lá é válido.

Então, uma sugestão. A metodologia está apoiada em autores que são importantes, ela poderia incluir mais autores que trabalham percepção ambiental. Ambiental no sentido da percepção de natureza e as metodologias são um pouquinho diferentes e poderia esclarecer como que foi feita a condução da preparação desses interlocutores, que são fundamentais mesmo e tem que estar, mas como foi feita essa preparação.

Então, do ponto de vista desse aspecto que é relevante para tomar decisão, para fazer escolha, eu acho que a maior fragilidade está nesse estudo da participação.

Para terminar, para a gente não pensar em fazer uma naturalização simplista, o Parque Ibirapuera tem vários valores que a gente hoje considera - o pessoal que falou de

parque urbano ontem – e que não pode pensar o Ibirapuera em uma condição educativa e histórica que apague paisagem, que apague, por exemplo, a contribuição de Burle Marx. Apagar a paisagem... toda a literatura de paisagem fala que tenho de entender a paisagem na rede significados para não apagar a paisagem da história.

Por outro lado também, para não apagar e ter, por exemplo, mais interlocução com a sociedade, o conceito de governança também do Plano tem que ser explicado porque fala-se em governança, mas não há nem a conceituação do que se entende por governança e de como será essa interlocução constante com a sociedade que utiliza, vê, percebe, valoriza essa paisagem do Parque do Ibirapuera.

Era isso que eu dizer e fico à disposição para que a gente possa discutir melhor qualquer ponto desses ou outros. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Muito obrigado. Valeu. Está valendo.

O objetivo da audiência, meus senhores e minhas senhoras, não é tomar nenhuma decisão aqui. Viu, Antonio? O objetivo da audiência é ouvir e anotar. Ela está sendo gravada e transmitida online para o mundo inteiro. Já botei aqui na rede social. Quem quiser assistir de casa pode assistir. O objetivo é ouvir quem está na Mesa: a posição do Governo, que está representada hoje pela Tamires; a posição da universidade, aqui representada pela professora; a posição dos representantes das comunidades, e estão presentes os Conselhos e o PIC; e a posição da Promotoria Pública, se ele quiser expor sua posição ou somente ouvir, uma vez que ele é autor da ação civil; e também ouvir as pessoas presentes, o número maior possível de pessoas que conseguirmos. Esse é o nosso objetivo, para formarmos uma consciência e podermos agir daqui para frente, passo a passo; ou seja, é um espaço de audição, daí o nome “audiência”.

Passarei a palavra ao Thobias, que é representante do Parque Ibirapuera Conservação - PIC. Peço a ele que seja bastante conciso; depois, o promotor e sua assistente, para que depois vocês possam falar. Tem a palavra, Thobias.

O SR. THOBIAS FURTADO – Obrigado, Vereador Natalini. Gostaria de agradecer

o convite e desejar boa noite à Mesa e aos demais presentes: ouvintes, turma do Fórum Verde, e àqueles sempre presentes: os funcionários da Construcap, que, segundo vimos nas listas, compõem 63% das presenças. Isso é importante, pois mostra que a empresa que entrar no parque está com o coração aqui e comparecendo em massa.

Para a minha apresentação, juntei, no começo da noite, alguns *slides*. Eu sinto que às vezes falta um acento, alguma coisa, pois o material foi elaborado muito rapidamente para tentar explicar a vocês por que não temos um Plano Diretor de fato. Não há ninguém neste auditório, e coloco isso à prova, que tenha lutado tanto por esse Plano Diretor como eu. Desde 2014, quantas vezes eu estive no Conselho Gestor, e eu adoraria dividir essas histórias com vocês.

- Orador passa a se referir a imagens em tela de projeção.

O SR. THOBIAS FURTADO - Estar aqui revendo esse Plano Diretor pela internet pela segunda vez e chegando à conclusão de que não temos um Plano Diretor, nem algo perto disso, é algo de uma tristeza profunda. Mas isso tem solução. Vou explicar por que não temos um Plano Diretor. O que temos aqui podemos tentar chamar, no máximo de Plano de Gestão. Para isso, eu tenho que explicar a vocês a diferença entre Plano de Gestão e Regulamento de Parques, que são coisas bem distintas.

Plano Diretor é quando você vai transformar algo. Plano de Gestão é quando mantém algo, que pode ser revisto de tanto em tanto tempo. Regulamento é quando vocês gasta muitas páginas explicando como a coisa deve funcionar.

Vamos começar pelo Plano de Gestão, que é o que está mais próximo, depois dessa leitura longa que eu tive do Plano Diretor do parque, que não é Plano Diretor, mas no máximo um Plano de Gestão. Vou explicar a vocês o que é Plano de Gestão. Peguei duas páginas de Planos de Gestão feitos de 10 em 10 anos. Planos de Gestão do Hyde Park são planos de gestão e paisagismo, em que eles fazem uma coisa muito parecida com o que a Secretaria do Verde fez. Eles levantam a flora e a fauna, dão uma olhada como as coisas funcionam, sugerem algumas melhorias, mas eles não sugerem projetos estruturais. Eles não

estão ali com uma motivação clara por trás; eles estão ali para ver o que está acontecendo, buscar melhorias incrementais e propor coisas que poderiam ser somadas e ajustadas. O Plano Diretor, por exemplo, do Regent's Park e do Hyde Park, de Londres, quando você olha a estrutura deles, é exatamente isso, ele pega área por área. Lógico, esse aqui tem 200 páginas, 100 páginas, mas detalhamento área por área; examina o que há dentro daquela área, como é o microbioma daquela área, quais são as recomendações para aquela área. Mas, novamente, ele não tem a intenção de mudar como aquilo é, mas de fazer recomendações incrementais de 10 em 10 anos para que aquilo permaneça sendo o que é. Isso é Plano de Gestão, não Plano Diretor.

Se pegarmos o Central Park. “O Central Park não tem Plano Diretor, Tobias – você, que é o grande defensor...?”. Não, o Central Park não tem Plano Diretor. Seu Plano de Gestão e Restauração, que está aí e que tem quase 300 páginas, tem 30 anos e funciona até hoje como grande plano. Em sua página 6 está colocado algo como: “se todas as intervenções que a Prefeitura, que a sociedade civil viesse aqui e me pedisse para colocar no parque, olha como o Central Park estaria. Teria estádio de futebol, teria torre, teria piscina, uma infinidade de coisas”. Mas é justamente porque eles têm um Plano Diretor, que têm um norte – porque o parque é tombado, e tombado segundo o manual todo de *landscape* -, que eles conseguem preservar o assunto. Você vai folheando esse Plano de Gestão deles e vê que ele é tão mais detalhado, como todos os outros são, do que o próprio dito Plano Diretor da Prefeitura, que ele vai, detalha como vão ser os caminhos, como a coisa vai ser preservada, que tipo de plantinha, como a raiz vai entrar ali *etc.*. Isso é um Plano de Gestão feito para ser refeito e melhorado a cada 10 anos. Você tem um trabalho tão bonito quanto esse, tão bem feito, que não quer mudar quase nada, quer preservar ao máximo e restaurar; esse é um bom exemplo. Vejam: onde as pessoas passam, como a coisa deveria ser feita.

O que é o Plano Diretor, então, Thobias, se o que a Prefeitura tem está tão próximo de Plano de Gestão e tão longe de Plano Diretor? O Plano Diretor depende da motivação. Como assim? Ninguém faz Plano Diretor de um parque pronto de tanto em tanto tempo; faz-se

para isso Plano de Gestão. Você faz Plano Diretor quando se vai criar um parque. “Ah, como vai ser o Parque da Marginal do Tietê?”, “Como vai ser o Parque da Marginal Pinheiros?”. Você vai ter que pensar o que vai colocar ali. Pego o exemplo do Parque de New Orleans, o City Park. Ele é até autossustentável financeiramente. Eu o selecionei propositalmente. Ele tem cassino lá dentro e uma série de outras coisas que pagam para a gestão, separada do cuidado do verde. Queriam colocar uma quadra de tênis, relocar uma quadra de tênis. Para isso, tiveram que fazer um Plano Diretor, levar a sociedade civil, seguir uma série de manuais específicos de como isso deve ser feito, treinar as pessoas a participar. Porque não adianta você chegar, ficar na porta do Parque Ibirapuera e fazer uma série de questionários se você treina, se você não explica. As pessoas têm que entender o que é parque.

Thobias, saia dos Estados Unidos, vá para Belo Horizonte. Mesma coisa. Você vai pegar todo o apanhamento de árvores, todo o detalhamento de quando nasce, como está a condição dela *etc.*, e 35 anos de detalhamento futuro. Como é que o parque vai estar daqui a 35 anos? Para onde ele vai? Você não precisa ir muito distante. Você pega o Plano Diretor do Parque Municipal de Belo Horizonte, que ele está mostrando ali. Agora, vamos lá para cima, Sydney, Oceania, a mesma coisa: Centennial Park e Moore Park, cujo formato, com estádio, lembram um pouco o Ginásio do Ibirapuera. São dois parques, que quiseram que ficassem mais próximos um do outro para buscar sinergia e buscar receita, coisas parecidas com o que a Prefeitura de São Paulo quer agora. Eu peguei exemplos, portanto, que se parecem com essa motivação atual. Eles fizeram anexos através de uma série de estudos, uma série de recomendações que os ajudaram a delinear quais são os projetos estruturais que farão parte desse Plano Diretor: o que é preciso alterar no parque, melhorar? Que é o mesmo que estamos buscando com essa motivação.

Aqui, é Belo Horizonte, fora de lugar.

Bosque do Chapultepec, na Cidade do México, o parque de maior visitação da América Latina. É um parque que é quatro a cinco vezes maior do que o Ibirapuera, que tem uma importância enorme e que conta com uma série de desafios. Queriam colocar lá um

aquário, que o Conselho Gestor conseguiu, junto com o Prefeito, mas parou há um tempo. Tem Plano Diretor? Teve que fazer. Foi feito em três etapas. Agora, está terminando a terceira etapa. Demorou 10 a 15 dias por ser muito grande e complexo. Eles fizeram uma etapa, discutiram, com toda a metodologia, processo que lembra muito a Resolução 80/2002, quando o Parque do Ibirapuera resolveu fazer seu Plano Diretor.

Por que o Parque Ibirapuera resolveu, em 2002, fazer seu Plano Diretor? Quem lembra dos shows da Praça da Paz? Aquela barulheira, o parque acabava destruído *etc.*. Aí, disseram: “Vamos tentar retomar um pouco do planejamento de Niemeyer?”. Isso foi um tanto motivado, como diz a Resolução 80, para criar o Auditório Ibirapuera. Eles resolveram então, fazer um Estudo de Impacto Ambiental, fazer um Plano Diretor. Aí, começaram, de 2002 a 2007, a levantar uma série de estudos que nortearam o Plano Diretor.

— Não sei se vocês lembram desse arquivo. Esse, eu chamo de Resumo Executivo do primeiro Plano Diretor. São 18 pontos quebrados em três etapas. A primeira etapa, estava uma série de coisas que deveriam ser feitas, segundo a visão deles na época. Eu nem em São Paulo morava, mas havia a padronização do mobiliário. É razoável. Como vai ser feito? Haverá construção de caminhos para pedestres? Há muitas coisas que estão aqui, que é mais a adequação, edital para eventos. Podem dizer: “Vamos ter que demolir calçadas e asfaltos”. Há uma série de conquistas aqui que foram tidas pela administração do parque ao longo de uma década, de uma década e meia, porque sabiam o que estavam perseguindo e para onde queriam chegar. Havia as etapas 2 e 3, que eram mais desafiadoras, como se tirar o *green* debaixo para restaurar, como a marquise é realmente. Como vão aumentar o número de áreas verdes, removendo asfalto? Essa é uma coisa um pouco mais laboriosa, mais trabalhosa. Reduz-se o estacionamento, sempre uma coisa polêmica, mas se trocam por bosques e áreas verdes. Então, essa foi a essência e um resumo bem executivo em três etapas, do que tem que ser primeiro, em segundo grau de dificuldade. Buscar esse tipo de projeto é o Plano Diretor.

Eu tenho uma série de planos diretores de vários parques mundo afora. Podem folhear. Eu imprimi alguns, mas a minha lista de PDF daria para encher a sala. Podem pegar

todos. Há atualizações e planos diretores feitos um por um. Há uma lista de projetos que a Cidade quer e do que os usuários querem para aquele parque. E o que, até hoje, a gente viu? O que as pessoas queriam para o Parque Ibirapuera era que fosse mais verde e tranquilo, onde a natureza voltasse a abordar e que respeitasse o patrimônio público, com volta de coisas culturais e instituições para a marquise. Essa era a visão que tem norteado até então o Plano Diretor do Parque Ibirapuera.

Quando eu leio esse documento atual, eu não vejo bem estruturada essa visão sendo combatida, para se colocar uma nova visão. Podem ter uma visão. Eu posso um dia querer ter uma política de baixo carbono e, de repente, eu querer queimar óleo, mas, no mínimo, eu vou ter que justificar porque eu estou mudando.

O PDF está *on line* a partir de amanhã. Uma série de amigos do parque juntaram-se, com uma série de especialistas. O evento é gratuito. As inscrições estão no *site* da nossa associação, que é o parqueibirapuera.org. Todo mundo pode se inscrever, para se capacitar como monitor e para ter treinamento com os paisagistas. Há o Sr. Carlos Fernandes, do Ifam, que criou toda a parte de tombamento de paisagem urbana. Ele esteve conosco. Há uma série de pessoas, como historiadores, que fizeram doutorado conosco. Aqui há uma série de sugestões que são o correto, o Plano Diretor? Óbvio que não. O Plano Diretor tem que ser feito pela Prefeitura.

Eu me lembro de que, em 2014, quando eu fui para a USP, falei: “Ajudem-me. Com a Prefeitura, a gente consegue levantar dinheiro, para fazer um Plano Diretor para o parque”.

Então, veio a concessão. É uma nova motivação. O que aconteceu? Em 2007, soltaram e começaram esse Plano Diretor, que não era Plano Diretor, era uma PMI. Empresas foram convidadas para pensar no parque para gerar receita e não para pensar no parque, em que as cidades querem; e isso é a base do todo Plano Diretor. Falo de um edital ancorado segundo a melhor das propostas. É muito bonito. Adoraria comentar com muito tempo, mas basicamente baseado em âncoras em cima do pavilhão das culturas, com ideia de se colocar aquário. Quanto a isso, não ganham salários. Então, a margem é alta. Falo do Viveiro

Manequinho Lopes, para se colocar um parque de aves. Aves não ganham salário. É lógico que a margem é alta. Então, estão tentado, de fato, fazer o parque viável ao aviário.

Tudo isso são dados públicos. Estão no *site* da Prefeitura, uma vez que foi aberto para todo mundo. E a vontade da sociedade? Ela não vem primeiro do que onde vão explorar isso? Para a Prefeitura não. Não deixaram a sociedade sonhar. Isso nós pegamos na Vejinha, do Sr. Raul Juste Lores. Por que estão pensando em um parque ir para a Vila Mariana? Onde estão os grandes projetos? Qual é o sonho? Onde a gente quer que haja parque daqui a 35 anos? Por que a Prefeitura não coloca o sonho da sociedade civil nesse Plano Diretor, buscando estar próximo das pessoas? O meu sonho, por exemplo, é haver *playgrounds* próximos às entradas do parque, facilitando a essência. O parque tem que ser para a terceira idade e para as crianças, levando para aí o bicicletário, reduzindo carros. Há tantas possibilidades bacanas. A gente tem que viver com o Ibirapuera cheio de puxadinhos. Há tantas coisas.

Então, esse mapa do futuro do parque é um norte, é mais verde; mas por que ele não está sendo implementado? Por que a gente não está tendo esse Plano Diretor que eu tanto sonhei? Por causa do anexo 6 do edital de concessão. A Secretaria do Verde não consegue fazer isso, porque o edital, o anexo 6 da concessão diz que a concessão, que já está homologada, tem que seguir um certo modelo. Duzentos milhões, 250 milhões por ano é quanto o parque tem que gerar daqui a dois ou três anos. Se o parque não gerar, pode haver reequilíbrio contratual, e onde ele vai gerar? Em cima do âncora um e do âncora dois, do pavilhão do bosque de *cooper*. O que vai ser feito lá? Pior ainda, o que deveria ser feito no bosque de *cooper*? Eu não quero saber o que a concessionária vai fazer e nem que ela vai me jurar de pé juntos, nem que os seus consultores vão chorar em audiência pública, dizendo que amam o parque. Isso para mim não importa. Não importa o quão verdadeiro ela possa querer ser ou ela, de fato, seja. O que importa para gente é que o Plano Diretor não é legítimo, porque ele não é construído em cima dos sonhos. E a gente tem aqui um investimento extremamente merreca para ir atrás dos projetos que a gente busca para o parque, e um risco de que, para a

viabilizar uma concessão, a gente tenha projetos ruins, que vão ser sempre conflituosos com a Administração Pública. É por isso que o acordo com a juíza foi tão importante, mas, se a Prefeitura não está isenta o suficiente para fazer um Plano Diretor isento o suficiente, com medo de perder a concessão que foi homologada, desculpem-me, mas isso não é Plano Diretor.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Sr. Thobias, como o senhor estuda o parque há muito tempo, a gente pode combinar. Eu me comprometo a fazermos uma reunião aqui na Câmara. Eu convoco uma reunião para o senhor vir. Se o conselho quiser fazer junto, o senhor pode vir expor, com tempo, com aquilo que tem de estudo. Não há nenhum problema. O senhor conseguiu hoje dar um recado conciso.

Tem a palavra o Sr. Promotor.

CARLOS HENRIQUE PRESTES CAMARGO - Boa noite a todos. É uma honra estar aqui mais uma vez com o Vereador Natalini, a quem eu agradeço a oportunidade. Depois de tudo o que foi dito aqui, eu não tenho mais nada a dizer, porque a minha parte não diz respeito à parte técnica, mesmo da elaboração do Plano Diretor.

Rapidamente eu vou passar a palavra para a nossa técnica, Sra. Daniela, que trabalha no Ministério Público, que está elaborando todos os questionamentos, as dúvidas que nós estamos encaminhando à Prefeitura, à Sra. Tamires, especialmente, com alguns pedidos de melhora desse Plano Diretor, desse primeiro esboço que foi feito agora. Nós entendemos que não é o suficiente. Eu posso dar um exemplo, da escola de jardinagem. Eu acho que não está devidamente protegida nesse primeiro esboço, como nós pedimos na ação civil pública. O que ficou decidido, na audiência, é que a Prefeitura atenderia a todos os pedidos da ação do Ministério Público e do Vereador Natalini.

Então, a gente está percebendo que a Prefeitura realmente, como foi dito pelo conselho gestor, pelo Sr. Cláudio, está melhorando a elaboração, está melhorando a participação popular, apesar que eu ache que a próxima audiência pública, no dia 24, deveria

ser feita num lugar maior, porque percebemos, como foi dito aqui, é verdade, que muitas das pessoas que estão aqui são da empresa, são interessadas, ganharam a concessão. Isso não está errado. Está certo também, mas eu entendo que deva haver um espaço maior para a população em geral participar, porque, quanto à participação da população na elaboração de um plano diretor, de um parque, que é o maior de São Paulo, um dos mais importantes do Brasil e um dos mais importantes do mundo até, como já dito, foi eleito um dos cinco parques mais importantes do mundo, acho que a participação está muito pequena.

Eu não sei se vai dar tempo, porque falta um mês. Não sei se vai necessário mais tempo pelas partes que participam da ação. Vou pedir um pouco mais tempo para melhorar esse plano diretor. Falo da participação de mais pessoas, como, por exemplo, a Profa. Sueli, que está aqui. O que ela disse foi importantíssimo, algo que ninguém havia pensado até agora. Seria importante a sua participação, da universidade, inclusive na elaboração do Plano Diretor, que está sendo feito muito rapidamente.

Eu vou dar só uns exemplos de pontos que nós pedimos para sejam melhor elaborados, mesmo não que não concordemos. O primeiro é a escola de jardinagem. Eu acho que tem que estar claro, no Plano Diretor, que não vai mexido em nada na escola de jardinagem e no centro experimental também, porque isso aí ainda ficou meio nebuloso. Está meio nebuloso esse ponto. Só para esclarecer para os senhores, tudo começou com a escola de jardinagem. Na primeira discussão que houve, na Promotoria, quando foi lançado o edital, o pessoal da escola de jardinagem compareceu e mostrou a sua preocupação, porque era uma área que estava sendo concedida, e o grande pedido do Ministério Público, nesse ponto, foi que não fosse concedida essa área, que ela fosse preservada e fosse garantida a continuidade do importante trabalho que é feito lá, como foi mostrado no vídeo aqui.

Outra coisa é a participação também da divisão de fauna, mais efetiva na elaboração do Plano Diretor. Isso não está acontecendo, como já foi dito pela Dra. Sueli aqui também. Quanto a eventos, precisava ficar mais claro, com relação aos eventos, onde vão ser feitos, qual é o máximo de pessoas que vão ser aceitas nesses eventos. Digo isso porque

esses eventos podem prejudicar diretamente a fauna, a flora e a destruição do parque, como foi dito pelo Sr. Thobias aqui.

Eu ouvi dizerem que também a Ponte de Ferro pode servir para eventos, para casamento, esse tipo de coisa. Também não deveria poder, porque existe ali a zona de reprodução do lago do Ibirapuera. Falo também da construção de deck e todo esse tipo de coisa.

Realmente estamos evoluindo. Quero parabenizar a Sra. Tamires pela sua participação e pela troca de ideias com o Ministério Público, fato que não estava ocorrendo antes, agora está. Nós conversamos bastante. Eu pediria que ela aceitasse e a Prefeitura aceitasse um pouco mais as sugestões também do Ministério Público, e me parece que, nessa primeira minuta de Plano Diretor, não foram acatadas.

A audiência é pública é dos senhores.

A SRA. DANIELA – Não há nem muito mais o que falar mesmo, porque o Promotor de Justiça já falou super bem os pontos que a gente está com preocupação. A professora também retratou toda a preocupação que a gente tem de uma forma bem clara aqui, de o que a gente precisa melhorar nesse plano. Todos aqui nesta mesa deram contribuições e eu queria reforçar essa questão mesmo, de entender o parque na Cidade como um dos poucos espaços que a gente tem para sobrevivência de animais e para que haja um pouco de áreas verdes para as pessoas.

Queria fazer uma leitura mesmo, do que é o parque no Plano Diretor. Então, ele está contextualizado dentro da área urbana como uma zona especial de proteção ambiental, que tem, como principal atributo, a sua relevância ambiental, vegetação significativa, incluindo os parques urbanos, que prestam serviços ambientais, entre eles a conservação da biodiversidade, o controle de processos erosivos, a produção de água e a regulação microclimática. Então, tudo isso está no Plano Diretor.

Então, a gente não quer ver um plano para regar concessão. Como a tendência é haver um aumento de pressão de uso, a gente quer garantir, nesse instrumento, que esses

usos econômicos sejam usos urbanos ecológicos e que sejam alinhados ao que é o papel do parque nas cidades; e eu não vejo isso nesse plano. Também não enxerguei isso no plano arquitetônico de referência e no plano de negócios, que foi proposto na licitação.

Então, o nosso objetivo é construir todo mundo junto algo que respeite essa função dos parques, para as pessoas que forem explorar o parque depois ou cuidar dele, encontrem uma proposta de exploração sustentável mesmo, e a gente fala muito que a lei vai ser respeitada, mas a gente tem uma preocupação, porque apesar das normas e de falarem, por exemplo, que as árvores são imunes ao corte, excepcionalmente elas poderão ser cortadas, a gente vê, pela Cidade, uma série de projetos que são aprovados, já prevendo o corte de árvores como se fosse uma coisa comum. O excepcional hoje, apesar de a árvore ser tombada, é cortar. A gente pode olhar, por exemplo, espaços da Cidade que estão sendo revitalizados com essas propostas de corte e transplante. Isso altera e prejudica a fauna.

No meu ponto de vista, é importante haver, no Plano Diretor, assegurado que quem vai entrar ali e quem vai cuidar, vai ter esse compromisso: Se eu vou fazer um projeto de exploração, eu vou partir de que eu não vou cortar uma árvore e não vou transplantar. Isso vai ser uma excepcionalidade, num caso que está caindo a árvore na cabeça de alguém. Tudo bem, aí a gente vai cortar, a gente vai transplantar.

Fora isso, para fazer uma edificação ou para fazer uma revitalização, a gente vai procurar pensar primeiro na árvore, na fauna e cuidar dessa espacialização, porque a gente precisa entender que, em cada espaço do parque, esses animais têm a sua dinâmica.

Então, a gente vê, em todos os planos dos parques, em Lajeado ou Felicidade, eucaliptos, Cito também o Faria Lima. Eu visitei todos eles e sempre há uma indicação. Por exemplo, cito o projeto de iluminação. Isso é uma super preocupação nossa. No meu ponto de vista, a gente não precisa pedir o projeto agora, para não ficar postergando. O nosso objetivo não é postergar, é garantir os indicativos necessários, para que esses projetos vão passar pelo setor de divisão de fauna, com transparência.

Estou feliz já pela interlocução ser da Secretaria do Verde, mas foi um pedido

nosso uma maior participação dos técnicos efetivos, o corpo técnico efetivo da Prefeitura, que tem bagagem. A gente vê, na consulta pública, a gente vê hoje, nessa versão, por exemplo, que o herbário já participou. Isso é um avanço enorme. Eles têm uma contribuição sensacional, mas ainda está faltando a participação dos técnicos de carreira da Prefeitura. Eles querem participar e a gente gostaria muito de escutar, porque eu tenho certeza que, considerando o que a professora falou, a gente se juntando, consegue construir uma coisa muito melhor, com a garantia da participação dos técnicos, que estão lá no parque.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Vamos passar agora para a segunda parte. Eu vou chamar três pessoas para se colocarem ali, mas antes de dar a palavra aos senhores, eu queria fazer algumas considerações rapidíssimas aqui, para contextualizar a minha posição, a posição aqui de eu estar representando a Câmara no processo.

Quando veio a lei de concessão geral de parques para a Câmara, os parques estavam dentro. Eu fiquei muito preocupado com a concessão dos parques, porque a Prefeitura tem usado um argumento muito ralo, de que não tem dinheiro para sustentar as áreas verdes e os parques de São Paulo. O orçamento da Secretaria do Verde é 0,3% do orçamento do município de São Paulo. Eu tenho até vergonha de falar isso por aí, porque é muito pouco. Quando o Sr. Eduardo Jorge deixou a Secretaria, em 2012, deixou com 1,1% de orçamento. Era 0,3% quando S.Exa. entrou e, quando saiu, era 1,1%. Quatro anos depois, passou de novo para 0,3%, ou seja, é uma Cidade que não dá importância para as questões ambientais, para as questões da sustentabilidade. Então, o que o Sr. Prefeito e a Prefeitura quis?

Vamos buscar na iniciativa privada dinheiro novo para investir nos parques, porque nós estamos falando de custeios. Se falar de investimentos, o dinheiro é muito grande, porque o que tem coisa para consertar nos parques de São Paulo não está escrito. Tem parque que está sendo devastado por chuva, por erosão. Visitei o parque em Itaim Paulista, o Chico Mendes, onde a enxurrada levou os peixes do lago, que foram parar no asfalto. Agora acabou

o lago, porque assoreou tudo. Tem de gastar uns R\$ 7 milhões para recuperar aquilo, e a Prefeitura diz que não tem o dinheiro. Eu discordo, mas eu não vou quebrar lança.

Nós não somos contra a concessão, porque o Tobias mostrou aqui vários exemplos de parques com concessão no mundo inteiro, e que funcionam. Qual é a minha preocupação na concessão? É profunda, tira o sono. Parque é parque, clube é clube. Quem quiser ir para o clube, compra um título do clube.

O clube não tem essa responsabilidade que o parque tem. O parque presta serviço social, socioambiental e cultural. É uma preocupação nossa. Então, eu pus no texto da lei uma emenda, nº 9, um inciso dizendo o seguinte: “Pode haver a concessão dos parques, desde que sejam garantidos todos os serviços ambientais do parque”. Está na lei, agora isso a gente tem que trocar em miúdo, porque é muito genérico.

Quando veio a concessão do Ibirapuera, a licitação, nós verificamos que a concessão seria feita e quem ia dizer o que fazer ou o que não fazer com o parque era o concessionário. O parque é da Cidade. Foi dito aqui sobre a importância do parque. Por isso, tomei iniciativa e o Promotor também. Eu fui pautado pelas pessoas: pelo Conselho Gestor, por ambientalistas, que me cobravam: “Olha precisa do Plano Diretor”. E nós fomos lá, junto com o Promotor, e o Juiz entendeu que a gente tinha razão. Primeiro o Plano Diretor, depois entra a concessão e faz aquilo que o Plano Diretor designar.

Portanto, a Prefeitura errou na lei, porque não botou essa questão da preservação ambiental. Primeiro erro. Segundo erro: errou quando lançou o edital de concessão sem que o Plano Diretor estivesse pronto. É erro grave da Prefeitura, da Administração Pública da maior cidade do Brasil.

Terceiro erro: Quando a gente assinou o acordo com o Juiz, começou então o processo do Plano Diretor. Só que a SP Parcerias, pela qual tenho todo o respeito, inclusive tenho amigos ali, o que eles fizeram? Eles se trancaram numa sala, durante três meses, fazendo o que eles queriam do Plano Diretor. Ah, tenha paciência! Não somos palhaços.

Fizemos uma reunião que o Promotor coordenou com a Prefeitura e nós pedimos:

“Ou põe a Secretaria do Verde na fita, ou não tem mais acordo”. Foi então que a Prefeitura chamou a Tamires.

A Tamires é uma técnica de grande envergadura, que conheço. Embora ela esteja numa posição delicada, é amiga do verde e amiga do meio ambiente. Eu a conheço. Ela é Diretora, mas pegou o bonde andando.

Na época do Parque Augusta, eu estava na Secretaria e ela nos ajudou a costurar todo o processo para fazer o projeto do Parque Augusta unitário. Haviam cinco projetos da comunidade, ela juntou os cinco num só, e a comunidade aplaudiu de pé. E o Parque Augusta saiu por conta também da ajuda dela.

Então a gente também tem que reconhecer. Não adianta jogar tijolo na pessoa que a gente precisa ter com a gente.

Problemas foram levantados,

... críticas foram levantadas, mas também temos... rod. 21

...as críticas que foram levantadas, mas também temos, por outro lado, reconhecer a boa vontade e a abertura. E digo para vocês, ela sofre muito porque não tem nenhuma experiência de trabalhar nessa participação que fazemos dia e noite sem parar. Então estou fazendo esse parêntese também para dizer, não é que vai deixar de apanhar, vai apanhar muito ainda, mas ninguém vai bater para matar, Tamiris, é isso que quero explicar aqui.

Estou encerrando para passar a palavra às pessoas que vieram para a nossa audiência. Espero que dê certo, que a gente consiga cumprir o prazo. Também acho – como o Promotor falou – muito difícil até o dia 09 de setembro estar tudo pronto. Deixo até aqui antecipadamente uma abertura para a Prefeitura, eu sei que o Secretário deve estar lá olhando na telinha, ou alguém lá, o Ravena, se estiver olhando, boa noite, devia estar aqui conosco.

Mas quero dizer o seguinte, se precisar ampliar o prazo nós vamos pedir, o Promotor já falou. Não estou dizendo que vai precisar. Tenho respeito pela empresa que

ganhou. Sei que estão com vontade de entrar, mas é aquela história, uma coisa é a palavra, outra coisa é o papel, porque amanhã acontece qualquer problema, muda a Diretoria da empresa, tudo aquilo que foi apalavrado pode mudar e não gostamos que isso aconteça.

Então tem de estar no papel porque vamos cobrar o que está escrito. Se precisar ampliar o prazo vamos pedir, o Promotor já falou e estou falando também, porque se não colocarmos o chamegão lá no processo a Juíza vai tocar o processo e isso aí vai ficar para as calendas gregas.

Tem a palavra o Sr. Francisco Loschiavo Filho, três minutos, por favor.

O SR. FRANCISCO LOSCHIAVO FILHO – Obrigado Vereador, todos da Mesa, não vim aqui para falar, vim aqui para me oferecer. O Tobias falou do futuro, eu venho falar do passado.

Sou uma testemunha viva. Acho que a única testemunha viva que trabalhou na Comissão do IV Centenário. Vi o Ibirapuera ser construído, trabalhei de 1952 a 56, no Parque Ibirapuera. Não fui de carrinho de bebê porque tenho 80 anos. Comecei a trabalhar com 12 anos e meio no Parque Ibirapuera e conheço tudo o que tem e o que tinha no Parque.

Tenho um sonho de realizar, de fazer, de voltar o Parque Ibirapuera o que era em 1954. Infelizmente não pude realizar esse sonho, alguém talvez vá realizar. A parte de estruturação, Tobias, teve uma estruturação forte porque foram dois monstros que locaram a parte de edificação do Parque Ibirapuera e outro do paisagismo.

E tínhamos um Parque do Ibirapuera que era frequentado... E muita gente diz: agora vai se pagar para entrar no Parque do Ibirapuera. Pagava-se para entrar no Parque Ibirapuera em 1954. Se os senhores conhecem o portão 10 do Parque do Ibirapuera, em que o lago é à direita, há várias guaritas que eram para cobrar ingresso. Mas o Parque oferecia alguma coisa, tinham mais pavilhões.

Então sou testemunha viva. Vim aqui para me oferecer à empresa ou para quem quiser, para saberem o que era o Parque Ibirapuera, em 1954. Não foi inaugurado em 25 de janeiro, porque a Marquise não estava pronta. Foi inaugurado no dia 21 de agosto do mesmo

ano, três dias depois Getúlio Vargas se matou.

E estou aqui não sei nem por que. Estou falando do passado. Sou a testemunha que percorreu esse Parque Ibirapuera de ponta a ponta durante quatro anos e meio seguidos, de bicicleta, levando processo para lá e para cá, porque era office boy e saí como fiscal do Parque...

...e fechei no primeiro dia de trabalho – isso escrevo no meu livro... ROD. 22

... e fechei no meu primeiro dia de trabalho – isso eu escrevo no meu livro –, eu fechei o maior bar, o maior restaurante do Parque Ibirapuera – Bar da Marquise. Então eu sei tudo que tinha. Esse lago, que vocês falam “lago”, vocês deram uma nomenclatura... Tem uma oca no Parque Ibirapuera? Tem? Tem oca lá? Não, não tem. Aquilo é o Pavilhão de História. Lá dentro, estava o Jaú, o avião que fez a travessia do Atlântico com uma pilo cujo nome não lembro. Aquele era o Pavilhão de História, que não sei quem que deu o nome de Oca. E existiam mais dois pavilhões no Ibirapuera, desmontáveis – o Pavilhão Verde, logo depois da administração do Parque, onde ali é o pátio das bicicletas, ali da escada que cruza a avenida, e tinha o Pavilhão Internacional, onde eram feitas as feiras internacionais, as feiras de amostragem, enquanto não existia o Anhembi. Então eu estou aqui, única e exclusivamente, para me oferecer a dizer do passado, do que era o Parque Ibirapuera. Aquele lago não era lá. Só existia um lado no Parque Ibirapuera, que era embaixo da hoje Assembleia Legislativa, onde eu fui mordido por um peixe. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Anotem o nome, telefone, contato dele, passem para todo mundo. Vamos precisar, e vamos buscar, porque está aí uma memória viva.

Douglas Melhem, Presidente do Conseg-Paraíso, Vila Mariana.

O SR. DOUGLAS MELHEM – Saindo da fala do Tobias, o Parque do Ibirapuera simplesmente está sendo comercializado. E Nós temos o maior problema naquela região, que é levado às reuniões do Conseg, que é uma questão de mobilidade urbana. Isso porque temos três estações do metrô, e o pessoal desce a pé; depois, volta normalmente, em estado etílico

alterado. Nós temos a Praça da Paz, onde eram feitos shows, e onde hoje não se faz mais, graças a Deus. Esses shows foram transferidos para o Obelisco e para o Monumento das Bandeiras. Ou seja, área tombada, área sensível, que toda a barulheira vai para o Parque do Ibirapuera, de modo que flora e fauna do Ibirapuera são atingidos em cheio. Só transferiram para fora o que estava dentro. Ninguém está contemplando isso daí. Se tiver um evento no Parque do Ibirapuera, um evento no seu ginásio, que agora está sendo privatizado pelo governo estadual, para toda a região, porque os automóveis não têm como circular. Por exemplo, se eu comprar ingresso para assistir o Disney on Ice, e sair de casa com duas horas de antecedência, eu não chego ali, porque está tudo parado. Isso ninguém está contemplando em plano nenhum. Temos dois problemas ao mesmo tempo: a privatização do Complexo Desportivo do Ibirapuera e o Parque do Ibirapuera. E isso, para a região, está trazendo um transtorno imenso, e é a reclamação constante no Conseg. Era o que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Muito bem. Muito obrigado pela sua participação. Está anotado, seu Douglas.

O senhor é parente do Zé Roberto Melhem?

O SR. DOUGLAS MELHEM – É meu primo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Quero chamar o Tufik Camel, o Antonio Carlos Ribeiro e o Eduardo Júnior, para se posicionarem ali.

Pois não, Cecília.

A SRA. CECÍLIA – Boa noite a todos.

Meu nome é Cecília, como já foi falado, e eu venho falar da minha preocupação com o futuro do parque, porque a sua importância é evidente para todos nós, moradores de São Paulo.

As mudanças e intervenções futuras devem ocorrer baseadas nas necessidades dos usuários e frequentadores. Por isso, a discussão com a sociedade civil é tão importante. Um Plano Diretor com regras e limites, baseados em procedimentos metodológicos e técnicos garantindo a qualidade de vida e a proteção do meio ambiente.

Mas eu quero falar principalmente do campo experimental, que é um lugar de aprendizado fundamental para a Escola de Jardinagem. É lá também que acontecem as oficinas do Cecco Ibirapuera. Ele tem a função de promoção de saúde. Lá ocorrem mudanças de qualidade de vida. Muitos relatos de pessoas com depressão, com dificuldades físicas e emocionais que, com o contato com a terra, com as plantas, passam a entender melhor os ciclos da natureza. O ato de semear, de plantar e de colher desencadeia mudanças profundas nas pessoas. Nesse processo, elas se recuperam e se requalificam para a vida.

Por isso, eu venho formalmente pedir que o campo experimental do Parque Ibirapuera fique fora dessa concessão. Que entre como elemento não concedido. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Obrigado. Ficam anotadas as suas questões.

Anuncio a presença do sempre Vereador e Urbanista Nabil Bonduki, que está conosco. (Palmas) Seja bem-vindo.

Tem a palavra o Sr. Tufik Camel.

O SR. TUFIK CAMEL – Meu apelido é Téo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Pois não, Téo.

O SR. TUFIK CAMEL (TÉO) – Eu sou do Grande Conselho Municipal do Idoso também e acredito que aqui estou representando muitos idosos, já que muitas questões, aqui abordadas, envolvem o envelhecimento.

Primeiro, fico consternado ao saber que um parque de lazer possa ser um plano de negócios. De repente, sinto que o lazer passa a financiar grupos e o direito de respirar ar livre passa a ser, na primeira vez na história, em que temos de pagar pelo ar livre.

Então, como três minutos passam rápido, eu prefiro pedir a proteção do Ministério Público em assegurar a defesa da cidadania. O cidadão tem de ter o direito de interpelar o que há de errado nesses planos e de pensar no futuro. Por exemplo, muitos jovens que estão hoje nesta sala, daqui a 20, 30 anos estarão em nosso lugar. É o envelhecimento. Mas supostamente todos sabem que São Paulo está envelhecendo rápido e bastante. Então, quais

são as previsões para isso?

Outra coisa. Planos por escrito, ou vagamente escritos, dizem pouca coisa para quem não entende. É preferível que se apresentem maquetes para vermos o que está acontecendo de hoje para frente.

Outra coisa. É preciso verificar também que se derem concessões, têm de ver a capacidade técnica da concessão respeitar a transparência total e evitar que o parque seja transformado em mero plano de negócio. Agora, ganhar dinheiro no Ibirapuera para sustentar 4, 5 parques lá fora, também é ruim. Na Chácara do Jóquei, igual. Precisa que cada parque tenha a sua vida, seu conselho e seja salvo de negociatas.

Só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Antonio Carlos Ribeiro.

O SR. ANTONIO CARLOS RIBEIRO – Boa noite.

Eu sou o Antonio Carlos. Eu sou do Conselho Gestor do Cecco Ibirapuera/Segmento Usuário. E nós do Cecco, às vezes, ficamos um pouco preocupados com esse processo que, eu acho, é um pouco nebuloso para o Cecco, pois nós vamos ter de conviver com a concessionária por 35 anos e nós gostaríamos de saber realmente como é que vai ser essa convivência.

O Centro de Convivência, o Cecco Ibirapuera, é um serviço público da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, e é pertencente à Rede de Atenção Psicossocial, aberta ao público em geral, inclusive aos frequentadores desse parque.

Considerando que o Centro de Convivência e Cooperativa do Parque Ibirapuera compartilha o espaço físico com o setor de manutenção; considerando que o Parque do Ibirapuera está em processo de mudança de gestão para a iniciativa privada; considerando que não temos acesso ao plano de negócios que serão realizados no Parque a partir da concessão, não tendo, portanto, dados a respeito de uma possível ou não interferência no trabalho do Cecco; e considerando que esse Cecco, fruto de uma política pública que pressupõe que esse

serviço localizado estrategicamente dentro de parques públicos, centros comunitários e esportivos funciona nesse Parque do Ibirapuera desde 1991, então perguntamos: quais as implicações de um serviço público ocupar um prédio concessionado?; quais as garantias que serão oferecidas para darmos continuidade à nossa missão?; quais as garantias que serão oferecidas de que permaneceremos na mesma edificação que hoje se situa no portão 5, o que facilita a acessibilidade necessária aos usuários?

Em se esclarecendo tais questões, onde serão documentadas as respectivas soluções? É isso o que nós queríamos saber, inclusive a mesma questão que o Promotor falou do campo experimental, a gente também acha que precisamos ter mais trabalho em cima do Cecco para saber essas informações. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Okay, muito obrigado. Peço a quem trouxe papel escrito, por favor, se puderem deixar com a assessoria da comissão. Depois faremos cópia e enviaremos a todos os que estão na Mesa, com os questionamentos escritos. Assessoria da comissão, por favor, peguem os papéis e depois façam cópia e mandem para a Secretaria e tudo mais.

Antes de o Eduardo Junior falar, vou chamar para tomar lugar a Assucena Tupiassú. Muito obrigado, o senhor vai ser explorado, fique tranquilo. Nós vamos tirar a sua pele, está bem? Muito obrigado ao senhor.

Coloquei como inscrito o Vereador Nabil para dar sua palavra e o Samuel Lloyd, que também está inscrito e pediria para que se posicione.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Júnior.

O SR. EDUARDO JÚNIOR – Boa noite. Eu tinha uma associação dentro do Parque Ibirapuera que se chamava Assuapi - Associação de Usuários e Amigos do Parque Ibirapuera. O último trabalho que fizemos lá foi o portão 6, aquela transparência maravilhosa, ou seja, em termos físicos foi esse trabalho. Daquela data em diante, falei em cuidar da água dos lagos, que nem lagos eram e são, são espelhos d'água, tudo assoreado, aquela água verde, química, nojenta.

Então, eu queria dizer o seguinte: acho que está havendo uma confusão aqui, Sr. Vereador Natalini. O Plano Diretor é exclusivamente físico, os assuntos de água, saneamento e meio ambiente são tratados no Plano Diretor original, que tem capítulos específicos para isso, porque supõe-se que água não se deve cuidar só em parque, deve ser cuidada no mundo inteiro. Então, está contido dentro do Plano Diretor original sim. E todos têm que seguir, todos os parques têm que seguir.

Sobre o meio ambiente, tem um capítulo no Plano Diretor falando só disso. Saneamento da água também. O que Oscar Niemeyer fez foi um Plano Diretor sim de duas páginas. Isso é o que deve ser feito, um bom projeto tem menos de duas páginas. Colocou lá em tombamento imóveis que tenham lá e o que sobra? Meio ambiente, tratamento que não foi feito.

Não cuidaram do parque. Agora, que alguém pega e diz que vai fazer alguma coisa, aparece todo mundo: “Eu vou fazer isso. Eu vou fazer aquilo. Vou fazer aquilo, outro.” Eu assisti, por anos e anos, a ninguém falando nada, só fazendo passeio de passarinho, passeio de evento de não sei o quê, lá, ginástica daqui, ginástica dali. Isso é gestão. Não é Plano Diretor.

Então, há o tombamento do Oscar Niemeyer. Ele saiu daqui, de São Paulo, machucado. Um arquiteto machucado! Eu fiquei com dó, porque, realmente, o pessoal do entorno do parque não queria nem construir o Auditório Ibirapuera, fazendo parte do... Houve um domingo, lá, em que fizeram... Até estava lá o Vereador Suplicy e conversou comigo. Falei: “Eduardo, por que é que você quer esse auditório? Isso, aí, vai atrapalhar e não sei o quê, lá.”

Veja a acessibilidade que você tem no MAC, Museu de Arte Contemporânea. É museu de acessibilidade contemporânea, ali. Vá, em uma segunda-feira. Venha da Vila Mariana e tente pegar a Ponte Ciccillo Matarazzo para ir ao Portão 3. Você tem uma calçadinha, ali, de um metro e meio, para passar todo mundo. Então, o Museu de Arte Contemporânea, de contemporâneo, não tem nada de acessibilidade. Aquilo está lá, com tudo travado. Há gente passando e ônibus passando a 50 km por hora, a 20 cm dos braços das

pessoas que estão ali, jogadas para a avenida, em vez de estar dentro do MAC, com aquele espaço todo, com guardas montando ali e tal.

Que parque é esse, afinal? Que trajeto? Que acessibilidade nós temos para lá do Sudeste? Uma ciclovia termina a uma quadra do pátio das bicicletas, porque não querem movimento dentro do parque. Não é que não querem concessão, não. Vocês não querem é gente no parque.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Seu tempo está esgotado. Se o senhor puder terminar...

O SR. EDUARDO JÚNIOR – O resto é PDE (?). Significava “metropolitano”, para a cidade de São Paulo... E o Parque de São Paulo, o Ibirapuera, é metropolitano. Não se esqueçam disso. Não são as primeiras quadras do entorno dele que mandam, não.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Sra. Assucena...

A SRA. ASSUCENA TUPIASSÚ – Agora, houve aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Sra. Assucena Tupiassú, por favor...

A SRA. ASSUCENA TUPIASSÚ – Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Boa noite.

A SRA. ASSUCENA TUPIASSÚ – Eu quero agradecer à Prof. Sueli. Hoje, eu não vou ser a bióloga chata, falando de fauna e flora, porque ela já falou tudo por mim. É exatamente o que eu venho repetindo, repetindo, repetindo. Então, hoje, vou ser a bióloga chata que vai falar sobre paisagismo, porque, assim, quando olhamos um Plano Diretor para o Parque Ibirapuera que não contempla Burle Marx...

Gente, Burle Marx! Estamos falando de um dos maiores paisagistas do mundo no século XX. Você vai à França. Você vai à Alemanha. Você vai a qualquer lugar do mundo e as pessoas respeitam Burle Marx. Há obras dele nos principais museus do mundo. Como é que passou, assim, e ninguém viu? Foi uma bióloga que foi lá e viu que o Burle Marx não está no Plano Diretor, com tanto arquiteto que há, fazendo esse projeto, esse plano. Dá para perceber,

assim, como as coisas estão aceleradas, tão aceleradas que você não vê a obra de arte feita pelo Burle Marx.

O pior é que, no Plano Diretor, há modificações nos projetos dele. Na antiga serraria, há a construção de dois blocos de banheiro e vestiário, dentro do projeto do Burle Marx. Gente, como é que pode isso? Vemos a Praça dos Jogos, que, no projeto do Burle Marx, ele coloca como *playground*. Há construção de banheiros e modificação de uso, porque lá está como área subutilizada. Há construção de banheiros e colocação de eventos. Vamos ocupar essa área. Isso me lembra muito de quando se fala que terra indígena é improdutivo, que tem de se plantar monocultura. Para mim, é isso. Como é que pode, em um parque que tem um milhão e 300 mil pessoas por mês, você falar que é improdutivo qualquer área? As áreas têm que descansar. Aproveito que o Tobias falou do Central Park, eu já fui várias vezes ao Central Park e sempre tem uma área fechada. Uma vez eu perguntei: O que está acontecendo aqui? “A gente vai rodiziando para descansar”, porque a terra precisa descansar, porque a flora precisa descansar, porque a fauna precisa descansar. No Ibirapuera não, no Ibirapuera a gente tem que ocupar mais, mais e mais.

E por favor, gente, não dá para modificar projeto do Burle Marx. Por favor.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Obrigado.

Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa noite. Cumprimento a Mesa, Vereador Natalini e todos os outros membros, o conselho gestor.

Tem muita coisa para falar, mas eu vou conter em três minutos, porque todos aqui têm que falar muita coisa.

Primeira coisa a falar é absolutamente básica. Primeiro precisamos definir o que nós queremos fazer no Ibirapuera, para depois fazer uma licitação e conceder. É absolutamente básico de qualquer ideia de concessão. Primeiro dizer o que nós queremos, ou seja, o que vai ser construído, onde, se é que vai ser construído ou instalado; se vai ter

estacionamento ou não; se vai ter banheiro ou não, onde vai ter banheiro, onde não vai ter; como os prédios existentes vão ser utilizados, para depois fazer uma possibilidade de alguém cuidar daquilo para implantar o que foi programado. Então está totalmente invertida a ordem desse processo.

Segunda coisa: o Plano Diretor do Ibirapuera... Por que precisa de um Plano Diretor? Porque o Ibirapuera tem coisas que precisam ainda ser modificadas. Se ele estivesse totalmente pronto, ele não precisaria de um Plano Diretor, precisaria de um plano de gestão e manutenção. Ele precisa de um Plano Diretor porque tem coisas que ainda precisam ser mudadas.

Por exemplo: quando eu fui Secretário de Cultura, nós fizemos um projeto: tem um estudo preliminar pronto feito pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha; tem uma carta autorizando, autorizado pelo Niemeyer para mexer nisso, para fazer a praça de entrada do Ibirapuera no espaço entre o auditório, a Oca, o começo da marquise, em que hoje há um estacionamento mal feito, onde os carros saem absolutamente... onde os pedestres têm que entrar se encostando na grade, onde as marquises originais, aquelas marquisinhas, estão tapadas com grades. Então isso é uma intervenção. É uma praça que tem permeabilidade, que responde... e que cria uma entrada e que recupera o projeto original do Niemeyer, que a entrada do Ibirapuera era por ali. Isso não está nem considerado nesse plano, que é uma questão importante.

Outra coisa: o Plano Diretor de São Paulo trabalha com um horizonte de futuro de racionalizar o uso do carro, priorizar o transporte coletivo e priorizar a mobilidade ativa. Então nós temos de trabalhar progressivamente num processo de retirada do automóvel dentro do parque, redução de estacionamentos, ir criando condições para facilitar o transporte coletivo. Claro, isso não é uma questão do Parque, é externa ao Parque, mas isso tem de ser a perspectiva futura.

E 35 anos – segunda questão – é um prazo tão longo que a gente não sabe... Vamos olhar para trás. Trinta e cinco anos atrás, em 1980, o que nós tínhamos de tecnologia, o

que nós tínhamos de mobilidade, o que nós tínhamos de lazer, de comunicação, de informação? Tudo muda. É um prazo muito longo para ser feita uma concessão.

Então esses são alguns dos aspectos.

Eu quero só finalizar, Natalini, vou pedir um minuto para você, mas é um assunto que precisa ser discutido profundamente e eu peço a atenção do promotor. Diz respeito à questão dos edifícios culturais da Prefeitura, Pavilhão, Oca e Auditório. O Auditório, hoje, o Itaú Cultural coloca 18 milhões. Foi um convênio que inclusive eu aditei, quando era Secretário, e que o Itaú coloca para fazer *shows*, para ter uma escola de música. O Auditório não oferece dinheiro, ele traz dinheiro,

... é trazido o dinheiro. E está previsto que a partir... (Rod. 26)

...dinheiro, o dinheiro é trazido. E está previsto que a partir de 2020 o Itaú vai sair e a concessionária vai assumir o Auditório. Então, o que será do Auditório depois disso? Vai continuar a Escola de Música, vai ser transformado em Auditório para ser alugado para fazer formatura.

Segundo ponto, o Pavilhão das Culturas Brasileiras é um projeto que vem já da Administração anterior, inclusive da anterior da anterior, na época do Kassab. É um projeto de um museu das culturas brasileiras, não somente museu do folclore. O Museu do Folclore é até uma decisão do Ministério do Público, que tem de ser implantado lá, pois foi retirado quando retiraram a Oca. Mas, a ideia é o Pavilhão das Culturas Brasileiras, porque temos o Museu Afro e esse museu complementaria, inclusive com a cultura indígena e com as outras culturas brasileiras. Está dito que a Prefeitura ficará com 40% e os 60% não se sabe o que será feito. Isso é muito grave, porque podem mudar a finalidade cultural.

Só para finalizar, porque isso é mais sério ainda, quando fui Secretário conseguimos obter recurso pela Lei Rouanet para o Pavilhão das Culturas Brasileiras e esse recurso está carimbado que deve ser usado para objetivos culturais. A Lei Rouanet é um recurso que veio do BNDES e foi feita com objetivo cultural. Não sabemos o que vai acontecer

e, embora esteja oculto no Plano de Negócios, esses 40% do prédio do Pavilhão, algo em torno de sete mil metros quadrados, no coração da Cidade, quanto valerão? Quanto não valerá sete mil metros no coração da Cidade, no Ibirapuera, de área construída reformada?

Então, são preocupações sérias que precisam ser levadas em conta para isso ser pensado. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o Sr. Samuel. Depois do Samuel, Francisco Bodião, Adriano Pinho e Luciana Schenk.

O SR. SAMUEL LLOYD – Boa noite a todos. Viemos em missão de paz, queria cumprimentar através do Vereador Natalini e da Tamires, os membros da Mesa. Estou representando a Construcap, que a empresa de forma legítima a concessão dos seis parques que incluem também o Parque Ibirapuera.

Gostaria de ressaltar que a gente valoriza muito, nós todos da Construcap valorizamos a participação popular, o debate saudável para garantirmos um Plano Diretor mais inclusivo e mais democrático, que represente a diversidade do Parque Ibirapuera.

A concessão não está em discussão e sim a construção legítima de um Plano Diretor com participação popular. A concessionária aguarda a conclusão desse processo, mas acompanha ativamente as discussões e parabeniza a Prefeitura na figura da Tamires por esse que já é um dos processos mais complexos de discussão e de condução de um Plano Diretor de parque urbano no mundo.

Quero dizer também que lamento ver tamanho conflito de interesse compondo essa Mesa hoje. A gente tem aqui o PIC, idealizado pelo Tobias, que nasceu exclusivamente com o objetivo de gerir ele próprio o Parque Ibirapuera. Hoje a ONG vende patrocínios, visitas guiadas, *workshops*, utiliza a marca do Parque Ibirapuera para captar dinheiro para sua própria organização, faturando quase um milhão de reais no ano passado, segundo balanço publicado no próprio *site*.

Tamanho conflito de interesse, um dos patrocinadores do PIC é exatamente o Grupo Cataratas, empresa que ficou em segundo lugar nessa licitação e, portanto, não

administrará o Parque Ibirapuera e os outros cinco parques dessa concessão.

Na minha modesta visão, vejo aqui uma estratégia de obstrução e não de construção coletiva de um bom Plano Diretor por parte do PIC. Saliento aqui também que os dois outros membros do conselho gestor também na Mesa são conselheiros do PIC.

O PIC ainda alimenta uma rede de *fake news* através de suas páginas de redes sociais, não dando direito aos caluniados, como eu, de responder nos próprios canais, uma vez que ele bloqueia nossos perfis de redes sociais e deleta os nossos comentários ou qualquer comentário contrário ao projeto de poder liderado pelo Tobias.

Sabemos que o conselho gestor é formado por muitos representantes que realmente têm o interesse legítimo de construir um parque melhor como nós, da Construcap. Lembramos também que o conselho gestor continuará participando da gestão desse parque pelos próximos 35 anos.

Nos três primeiros anos da concessão, mais de cem milhões de reais serão investidos em parques da Cidade por essa futura concessionária. Qualquer intervenção, anos de operação ou qualquer obra feita no parque serão aprovados pela Secretaria do Verde, que é a gestora desse contrato e também órgãos de tombamento, quando for o caso.

A cidade de São Paulo merece receber esse investimento, a Cidade de São Paulo merece parques melhores. O Plano Diretor, aberto agora à consulta pública, é o instrumento que todos podem ter nas mãos para participar da construção de um parque melhor. O Plano Diretor pode ser o melhor canal e convido todos a participarem conosco. Usem todos os canais disponíveis, submetam as suas sugestões, desde a preservação do Canteiro Experimental ao Cecco, ao uso do Auditório e ao uso do Pacubra.

Deixamos registrado aqui que os apelos relacionados ao campo experimental, ao Cecco e à Escola de Jardinagem tenham o nosso apoio, que não fazem parte do processo de exploração da concessionária. Que fique aqui registrado, inclusive em ata se possível, que nos colocamos à disposição dessas pessoas e que estamos aqui para prestar serviços de manutenção para garantir a fruição dos negócios, a fruição da educação, a fruição dos cursos,

das pessoas e dos processos de cura, que ouvimos aqui de tantas pessoas.

Criamos um canal próprio da concessionária através do site www.ibirapueraparque.com.br e estamos ao inteiro dispor de todos. Volto a dizer, temos a oportunidade de construirmos juntos um parque melhor e a construção desse parque melhor passa por um Plano Diretor.

Participem. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Na audiência pública temos de saber falar e ouvir. Então, temos de respeitar cada um que fala e também saber ouvir, faz parte da democracia. Não é fácil, temos de ensinar o Presidente da República como funciona isso, mas aqui aprendemos como funciona.

Tem a palavra Francisco, depois Adriano e Luciana Schenk.

O SR. FRANCISCO BODIÃO – Boa noite a todos e todas, sou Francisco, a turma me conhece por Chicão. Sou da zona Leste, frequentador do Ibirapuera desde muito pequeno, saía de Itaquera para frequentar o Ibirapuera com meus amigos, com a minha família. Depois mudei de bairro, de Itaquera fui morar em Ermelino Matarazzo, depois em São Miguel, família migrando para poder constituir condições melhores para os filhos e a gente sempre tinha o Ibirapuera como referência.

Na juventude, depois migrando para a área da Penha, na zona Leste e mais recentemente, em 97, morador do Butantã. No Butantã entrei em contato com a mobilização pela criação do Parque Chácara do Jockey. De lá para cá, voltei e continuo frequentando o Ibirapuera, não mais soa como morador de um bairro, mas como ativista de meio ambiente, como defensor de parque público, de áreas verdes, de praças.

Foi a partir, inclusive, do contato com essa mobilização no Butantã que a gente entrou em contato na Cidade com tantos outros defensores de meio ambiente, conselhos gestores, Cades, técnicos, muitos técnicos do verde. Quero saudar os técnicos do verde que puderam participar desse processo só agora, como já foi citado aqui várias vezes. A gente tem contribuído e compartilhado com os colegas da Construcap, com outros usuários para

exatamente dimensionar como foi o início do processo com a SP Parcerias. Foi ruim, foi um processo de truculência com a gente, foi um processo de tirar a gente da conversa. A gente, que usa os parques, que frequenta. A gente tem disposição de dialogar com quem usa, com quem está todo dia lá frequentando, conversando.

Enfim, então é muito bom que o Verde pode participar, mas, como foi colocado aqui, eu queria me apoiar na fala do Samuel. Aprendi a admirar o Samuel exatamente porque ele vai incorporando, cada vez mais, as nossas falas, as nossas considerações, e isso é importante. Isso demonstra a escuta ativa. E para alguém que vai exatamente representar a Construcap daqui para frente, em um espaço de gestão, isso é fundamental. Então, o meu respeito também ao Samuel. E quero dizer que ele, acho que na fala dele, justifica o que a gente veio fazer aqui. A gente quer que a preparação do Plano Diretor seja estendida. Por várias falas diferentes, nesse processo todo, a gente já provou que os diagnósticos, o que está sendo proposto, mesmo toda a boa vontade dos técnicos não é suficiente para apresentar um Plano Diretor que dê conta da complexidade do Ibirapuera. Falta, inclusive, a participação de usuários como eu, que vêm da zona Leste, adolescentes, crianças. Eu sou professor. Eu sou professor e me disponho a ajudar na mobilização de crianças e adolescentes. A gente faz as conferências municipais do direito da criança e do adolescente. A gente faz as conferências regionais. A gente faz encontro onde a gente junta cem, duzentas, trezentas, quatrocentas crianças. Pesquisem na internet “conferências dos direitos da criança e do adolescente”, as “conferências de juventude”, e vocês vão ver que a gente consegue trazer a juventude e as crianças e adolescentes para participar. O pessoal que mora em outros bairros, as comunidades. A gente só precisa de tempo. Infelizmente, não foi o que a gente teve.

Para finalizar. s encontros que aconteceram em junho agora, eles foram marcados um atrás do outro. A gente está em uma jornada incansável, nós e os funcionários da Construcap, porque a gente se encontra nas mesmas atividades. A gente não está dando conta. A gente precisa de tempo. Tempo para estudar os documentos, tempo para conversar, tempo para fazer pesquisa qualificada. A gente precisa de tempo. Esse plano precisa de mais

tempo e é isso que eu vim reivindicar em nome do Fórum Verde, que foi o fórum que a gente constituiu há um mês, depois de constatar que a Prefeitura não dialoga com a gente. Então, hoje, a gente tem o fórum constituído na Cidade, o Fórum Verde Permanente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Adriano.

O SR. ADRIANO – Boa noite a todos.

Eu sou profissional da área de gestão de infraestrutura há 25 anos e estou aqui como cidadão dando uma colaboração para poder aprimorar esse processo e dar a minha opinião sobre a gestão de infraestruturas e ativos públicos.

O que eu posso dizer, a minha experiência foi na infraestrutura de telecomunicações, rodovias, aeroportos e mobilidade. E eu quero saudar, em primeiro lugar, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente por conduzir um processo de discussão de Plano Diretor de forma pública. Eu já vi, por exemplo, discussão de plano diretor de aeroporto que não tinha nenhuma audiência pública, ou que muitas poucas foram de coletas, ou de rodovias, ou de rodoviárias.

Então, este processo aqui, a gente tem de aprender a saudar e parabenizar pela forma da condução.

E quais são os conceitos de um plano diretor que eu considero extremamente importantes? O plano diretor deve emanar diretrizes para buscar usos e finalidades. Usos e finalidades de quem? Usos e finalidades da população. Porém, nós temos de estabelecer critérios e está muito claro, neste Plano Diretor, que o principal critério é o ambiental e o paisagístico.

Obviamente que tem de se fazer algum tipo de aprimoramento, mas está claro que os critérios paisagísticos e ambientais estão colocados. Agora, quais as atividades que serão exercidas? Eu acredito que as atividades, as principais atividades educativas, culturais, recreativas e de patrimônio cultural estão ali colocadas.

Eu não vejo problema algum em você definir quais são as diretrizes, quais são as

finalidades, quais são os critérios e qual será o público-alvo. São os cidadãos que vão usar.

E eu só quero esclarecer que 15 milhões de visitas não significam 15 milhões de pessoas. Eu, por exemplo, moro próximo ao Parque do Ibirapuera. Vou praticamente todo dia e eu vou 250 vezes por ano. Se você dividir esse número, você tem de saber quem é a população que vai, de onde ela vem, como que ela se desloca.

Esses aspectos é que precisam ser considerados. É o óbvio que esse Plano Diretor transcendeu as diretrizes originais, entrando no aspecto do plano de gestão, do plano de exploração, no plano de manejo, da definição de metas e objetivos. Talvez pudesse ser organizado de forma diferente, não importa. O fato é que, entre as diretrizes e como se fazer, é muito importante que esses documentos, que essas orientações estejam concatenadas. A pior coisa do mundo é definir um Plano Diretor com um sonho, uma expectativa, como está sendo feito nesse processo, e não indicar como se chegar lá ou não indicar os recursos para se fazer isso. Não adianta nada todo mundo ter desejo, todo mundo preservar os passarinhos e saber como eles vivem se não há dinheiro e condições.

Trabalhei por 25 anos em infraestrutura, todas elas concessões ou PPPs. A concessão não é uma finalidade em si, mas um meio para que possamos realizar nossos sonhos. Não se deve tratar a finalidade pública como negócio, porque a prestação de serviço público diante de uma concessão é o privado prestando um serviço público em nome do Estado, e não o contrário. Acredito que as pessoas não sabem ler um Plano Diretor e não entendem a diferença entre Plano Gestor e plano de gestão e manejo e quais são os critérios que definem o uso de ocupação.

O Plano Diretor, sim, deve, qualificar as intenções de uso e saber definir os conflitos que existem lá. Talvez a maior recomendação que eu possa dar é saber como lidar com os conflitos decorrentes dos usos.

Gostaria apenas de reforçar que, como trabalhei cinco anos no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, desde sua implantação até a sua consecução – fiz, sim, Plano Diretor, fiz, sim, plano de gestão –, e posso dizer que entender a sociedade e traduzir em

planos objetivos é fundamental. Mas não podemos ser relapsos e temos que entender as fontes de recursos, porque o Plano Diretor não tem orçamento nem verba garantida. Portanto, um plano da concessão muito bem estruturado para viabilizar nossos sonhos é fundamental.

Defendo essa concatenação.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Luciana Schenk.

A SRA. LUCIANA SCHENK – Boa noite a todos e todas. Atualmente ocupo o cargo de Presidente da Associação Brasileiro de Arquitetos Paisagistas e também sou professora da Universidade de São Paulo na área de Paisagem.

Muito do que pensamos vem ao encontro do que pensa a Sueli, só que, como arquitetos, nossa questão é justamente fazer o projeto desses lugares. Das coisas que estão acontecendo aqui, a mais importante delas é este debate e o tempo pedido, que me parece muito apropriado, porque são muitos os pontos que foram abordados, e eu poderia abordar outros tantos, inclusive mais como professora mesmo. Sobre os exemplos dados do Central Park, o Olmsted lutou a vida inteira para que o parque não fosse retalhado em várias partes, e ele dizia – e essa é a base do meu campo disciplinar da Paisagem – que um parque não é um luxo, é uma necessidade – Burle Marx também diz isso – e tem duas funções fundamentais na cidade. Não sei se vocês sabem, mas os parques foram criados a partir de meados do século XIX, uma vez que as cidades estavam se industrializando e tudo estava ficando muito insalubre. Por isso, a presença dos parques é fundamental.

Neste momento, fala-se em infraestrutura, mas eu estou falando da qualidade da água, da qualidade do ar, da questão da temperatura, temas hoje em pauta.

Então, se não pudermos pensar nisso e isso não estiver associado às questões de cultura e da vida de um modo muito amplo, não vamos a lugar nenhum, ainda mais numa cidade como esta.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Obrigado pela participação.

Tem a palavra o Sr. Renato Mancini.

O SR. RENATO MANCINI – Boa noite. Sou do Movimento Parque Chácara do Jockey, que também tem acompanhado a questão do Ibirapuera.

Se hoje estamos numa situação meio que de conflito, meio estranha, é porque essa situação começou no um erro de uma entidade chamada SP Parcerias, que atravessou uma ideia, e esse erro que estamos vivenciando hoje está contaminando o processo de se fazer o Plano Diretor. E de que forma está contaminando? Com a ideologia que eles deixaram com a questão do processo de licitação, nas minutas que fizeram, com audiências públicas fantasiosas para inglês ver, em que nos escutaram falar, mas não mudaram nada por essa pressa de terminar tudo sem fazer direito, porque a SP Parcerias queria fazer tudo a toque de caixa, e com essa vontade de excluir as pessoas, excluir quem está querendo falar.

Acho que a origem de tudo isso são os 35 anos e o anexo 6, do qual o Tobias falou; em torno disso, criou-se toda uma minuta de concessão, que agora contamina a questão do Plano Diretor, excluindo os usuários e os técnicos, ou seja, todos os cidadãos que estão interessados em realmente construir um Plano Diretor, o futuro do parque, como foi dito aqui.

Com pressão, não vai acontecer. Não adianta pressionar, porque a coisa sai mal feita. Quem nunca viveu sob pressão talvez não saiba, mas os erros acontecem nesse momento.

Para terminar, a grande questão que acho que deve ser melhorada no Plano Diretor é a gestão. Como vai ser feita a gestão participativa? Como realmente garantir que a sociedade vai ter voz na determinação do que vai ser feito no parque? Não adianta dizerem que quem vai regular é a Secretaria do Verde, porque a gestão da Secretaria do Verde muda; pode entrar uma pessoa qualquer e mudar as regras do jogo. Também não adianta falarem em Condephaat ou em outras estruturas do Governo, porque a gestão do Governo muda e, com ela, mudam também as regras.

Era só o que eu queria dizer.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. José Alcides.

O SR. JOSÉ ALCIDES – Boa noite a todos.

Senhores, trago aqui um depoimento de quem frequenta o Parque do Ibirapuera há 54 anos, desde que nasci. Primeiramente gostaria de parabenizar a Prefeitura de São Paulo pela coragem de enfrentar o assunto Parque Ibirapuera, trazendo, com o Plano Diretor, um futuro e mostrando o que era o parque no passado.

Como nasci ao lado do parque, quando eu tinha dois anos, o meu pai me levava, sem medo, ao parque à noite para brincar num trezinho de concreto. Minha mãe, professora de educação infantil, trabalhava numa escola ao lado do Parque Ibirapuera. Aos dez anos, ela levava a mim e mais uns dez amigos ao parque. Enquanto ela trabalhava, ficávamos brincando no parque. Ela não tinha medo de deixar a mim e aos meus amigos lá andando de bicicleta. Quantas vezes eu não empinei pipa lá no inverno, época em que ventava bastante.

Agora, pergunto a todos os senhores aqui: quem tem coragem de deixar hoje um filho de dez anos sozinho no Parque Ibirapuera? Nesse sentido, o Plano Diretor traz um avanço e busca isso de novo.

Sobre a questão ambiental, será que alguém aqui acha que a Secretaria do Verde tem a má intenção de prejudicar a fauna e a flora do Parque Ibirapuera? Óbvio que não! Acho até que a Prefeitura começou aprendendo nesse processo. Aprendeu, melhorou e criou um Plano Diretor realmente eficiente.

Senhores, há 20 anos, tive a oportunidade de participar de um projeto da Prefeitura que permitia que empresas adotassem monumentos e praças. Por coincidência, adotei os monumentos do Largo São Francisco, o Parlatório e o Beijo Eterno. Infelizmente, naquele momento, aconteceu o que às vezes acontece aqui: foi muita discussão e o projeto não avançou. Até que o Professor Goffredo da Silva Telles Junior, um dos maiores pensadores do Brasil, chamou a mim e aos alunos da São Francisco e nos disse que estudar e pensar era

importante, porque sempre evoluímos, mas, certa hora, temos que executar. Óbvio que se pode melhorar, mas não adianta, tem que andar. O professor nos chamou para dizer: “Vamos executar”. Foi assim que foi feita a reforma dos monumentos Parlatório e Beijo Eterno. Foi um sucesso.

Por isso, vim pedir isto aos senhores para avançarmos, porque não adianta ficarmos debatendo eternamente. Para onde levou esse debate eterno? Há quantos anos não ouvimos falar em reforma tributária e previdenciária?

Então, como acho que o Plano está muito bem-feito, vamos segui-lo, vamos andar para frente e melhorar o Parque Ibirapuera.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Perfeitamente. Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Regina Pontes.

A SRA. REGINA PONTES – Boa noite a todos. Primeiramente parabênzo a Mesa, pois esta experiência está sendo bastante enriquecedora para todos que estão aqui. Estou muito feliz pelo com a presença de representantes da USP, porque, hoje em dia, temos que valorizar muito a Academia, que estão numa situação difícil. Foi muito importante ouvi-la falar e aprender esses conceitos, apesar de sintéticos, tão esclarecedores.

No entanto, vim aqui para falar pontualmente de um aspecto cultural, pois acho que o parque tem duas vocações bastante definidas: a ambiental e a cultural e, permeando todas essas áreas, temos, sim, a formação e a educação.

Ingressei na Prefeitura em 2004, na Secretaria de Cultura, e participei muito da gestão do Professor Calil como Secretário. Naquela época, a Prefeitura estava sob gestão da Prefeita Marta Suplicy, e a Secretaria recebeu uma ação civil pública do Museu do Folclore. A partir daí, começamos a fazer uma gestão de estudar como iríamos implantar o Museu do Folclore, que estava paralisado no tempo, encarcerado numa casinha histórica, com um acervo histórico – parte dele, inclusive, fez parte da inauguração do Parque do Ibirapuera, uma grande exposição nas marquises.

Aliás, aqui muito se falou em memória, e o “Pacubra”, como chamamos o Pavilhão das Culturas Brasileiras, trata exatamente da memória das culturas brasileiras e, como bem falou o ex-Vereador Nabil, tem uma particularidade em seu conceito, a de não separar os contextos. Por exemplo, no Rio de Janeiro, há o Museu do Índio, o Museu da Cultura Popular, o Museu da História, dentre outros. Já o conceito do Pavilhão das Culturas Brasileiras é o de tratar as culturas indígenas, as culturas afro e toda a cultura popular brasileira num único contexto; ou seja, não só trazer a sua memória, mas colocá-la na sua contemporaneidade. Na época, chegamos até a fazer um seminário com as periferias, o que foi muito enriquecedor.

Na gestão da qual participou o Secretário Nabil, ele continuou esse processo, e o pavilhão foi fechado, já que precisava ter terminadas suas obras de restauro, uma vez que é um imóvel tombado, obviamente, e o recurso foi conseguido com o BNDES. Boa parte da obra foi feita, só que a Prefeitura precisou, em determinado momento, até onde eu sei, entrar com um aporte de recurso para o BNDES poder liberar a outra parte do recurso.

Eu lembro que, nessa gestão, eu tinha que apresentar um relatório de três em três meses ao Ministério Público. Em minha opinião, o Ministério Público abandonou tudo isso. Com essa ação civil pública, o que vai ser feito do Pavilhão das Culturas Brasileiras, que tem um acervo incrível? Aliás, nós ampliamos e atualizamos aquele acervo, que está encaixotado e, daqui a pouco, pode se perder.

Por isso, peço, por favor, um carinho especial, e seja quem for o gestor dessa importante instituição cultural, que olhe o Pavilhão como um prédio único para essa instituição. Nada de botar aquário nem dividir nem botar restaurante.

Por falar em restaurante, o Green ocupava... Era um restaurante onde era o Green. Tem uma foto da Alice Brill que mostra bem isso. Então, por favor, eu estou disposta a participar e a colaborar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Obrigado. Chegue mais perto de nós, não fisicamente aqui, mas na participação, que a gente está para abraçar as ideias e as demandas de quem seja. Vocês precisam usar mais a gente.

Vou fazer uma queixa. Tem gente aqui que falou bastante coisa importante, que nunca nos procurou. Não sei se procurou o promotor. E quem fez a coisa para barrar, para fazer o Plano Diretor, fomos nós, então, por favor, nos ajudem, por favor, pelo amor de Deus, nos ajudem. Quem falou aqui, nos ajude a fazer melhor.

Lícia.

A SRA. LÍCIA – Boa noite.

Eu sou arquiteta paisagista e participo do Fórum Permanente de Parques e Áreas Verdes. A gente mudou o nome. Também faço parte do Movimento Chácara do Jockey. Nós provavelmente vamos passar por um processo parecido com esse, em breve.

Eu ia falar de um monte de coisas, mas muita gente falou aqui coisas que me atenderam, então eu vou falar do psicológico, do que o Parque significa para mim. Para mim os parques são lugares de decompressão. Como cidadãos, nós estamos comprimidos dentro de uma malha urbana, dentro de um trânsito, dentro de um vagão de trem, dentro de ruas, dentro de casa, e os parques e as áreas verdes são os lugares de decompressão da nossa saúde.

Eu não gostaria, mesmo, que esse Parque virasse um lugar aonde eu vou e tenho de ver propaganda, tenho que ouvir mensagens de propaganda ou mensagens aleatórias, ou seja, poluição sonora, poluição visual, maus tratos, falta de simpatia por parte dos funcionários. São coisas muito sutis e imateriais, digamos. São coisas que eu tenho sentido muito em concessões, por exemplo, dentro até do metrô, nas linhas concessionadas. Eu não me sinto uma cidadã dentro desses lugares que são concessionados. Eu não quero deixar de ser uma cidadã dentro de um parque, para ser uma consumidora. Eu não quero sair da minha casa para ir a mais um *shopping center*, mesmo que verde.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) - Muito bem. Obrigado.

Antes de a Sheyna falar, só queria dizer que está aqui o Valdir, do Cades Guaianases, está sentadinho ali, e ele me mandou um bilhete pedindo para ver a lei onde os conselheiros gestores dos parques municipais tenha poder de deliberação, fiscalização etc.

(Palmas)

Eu quero só esclarecer para o senhor que houve uma lei do Prefeito que tirou parte do poder dos conselhos; foi votada aqui e ela modificou o poder dos conselhos. Eu rerepresentei um projeto aqui, está tramitando, não sei se consigo aprovar ou não, para restabelecer as antigas atribuições dos conselheiros do Parque. Está aqui o nosso projeto, está andando. Se votar, não sei se o Prefeito aceita, veta ou não, mas nós tomamos essa iniciativa.

Você também pede para fazer o Plano Diretor do Parque do Lajeado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Você fez, mas é preciso que a Prefeitura assuma o Plano. Não adianta você fazer se a Prefeitura não assumir. Então eu acho que, depois dessa situação toda que nós criamos junto com uma parte importante dos ativistas, da comunidade, a Prefeitura não vai cometer agora o despautério de fazer qualquer concessão sem antes apresentar um Plano Diretor do Parque. Se não aprender com essa lição, pelo amor de Deus, aí também não dá, não é verdade? (Palmas)

Olha, já tem outro processo para...

Fala.

A SRA. - É que os outros cinco parques o processo foi um pouco diferente. Começou com os conselhos e com os Cades por parte da gente, com a UmaPaz, enfim, que foi feito num trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Está explicado. Muito obrigado. Você não conseguiu se inscrever, por favor. Sheyna Adamo.

A SRA. SHEYNA ADAMO – Boa noite. Vou pular todos os agradecimentos.

Acho que, acima de tudo, nós estamos todos em missão de paz, inclusive o significado da palavra UmaPaz, em primeiro lugar. Estarmos juntos aqui inclusive é uma evolução.

Eu estou com 37 anos, não tenho problema nenhum em dizer isso. Sou frequentadora do Parque desde pequenininha. Meu pai fez parte do primeiro conselho gestor,

que chamava Suap, alguém aqui também falou, então eu frequentava. Óbvio que eu não tinha muita noção do que era a reunião, eu ficava desenhando, ficava brincando.

Depois eu mesma tive um lapso de consumir o Parque, porque ele foi morar na França. Eu sou filha única, cresci só eu e minha mãe. Minha mãe morria de medo de ir no Ibirapuera. É muito escuro, é perigoso, o ponto de ônibus... A gente ia algumas vezes, sempre voltava com medo, deixa de ir.

Meu retorno ao Parque foi na fase adulta já, que eu conseguia ir e voltar sozinha. Mesmo assim, quando eu vou a *shows*... Teve o lançamento da *Mulher do Fim do Mundo*, da Elza Soares, há uns dois anos, eu deixei de ir por medo. Você vai falar que é problema psicológico meu. Tudo bem, eu faço terapia. Mas eu acho que falta educação dentro da escola.

O Sr. Natalini pediu nossa ajuda. Eu estou fazendo *live*, estou fazendo *stories*. As pessoas não se sentem convidadas a entrar numa casa como esta.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Está convidada a partir de já.

A SRA. SHEYNA ADAMO – Tudo bem, mas as pessoas não sabem. Por que é que eu vou responder? Por onde eu começo? Entendeu? Eu vou fazer uma sugestão lá, por exemplo, para ter uma conexão de ônibus a partir da Estação Fradique Coutinho, aqueles ônibus circulares, porque é uma via reta. Quem é que vai me ouvir e quem é que vai responder? “Ah, vai lá no *site* da CET, preenche”. Eu já fiz isso. Eu fiz parte do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, eu testei as vias de a gente tentar dialogar. Eu estou aqui, mas como é que a gente traz a sociedade?

Eu acho que grande parte de a gente estar conversando aqui, que é bom, é uma forma de comunicação que não diz respeito só à Secretaria do Verde. Não. Quando você entra lá no Parque, vai fazer uma reunião na UmaPaz, você vai perguntar para um segurança, ninguém sabe onde fica a UmaPaz. É uma comunicação interna. E aí como que não vai ter erro de comunicação externa? É estratégia de comunicação geral.

Falta de educação ambiental. Como que a gente ensina os jovens? Eles estão saindo da escola preocupados em arrumar emprego. Como que eles vão dividir um pouquinho

do tempo deles para estar aqui na participação pública? Qual o entusiasmo para participação pública? Exige vontade de engajar. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Muito obrigado. Boa contribuição.

Com a palavra, David. Antes de o David falar, eu chamo Vitor Hugo, Riciane, Alindo Amaro e Pedro Sala. Aí terminam as inscrições.

O SR. DAVID SILVANO – Boa noite, a todos, Vereador, demais componentes da Mesa.

Só fazendo uma correção: é David Silvano.

Senhores, como trabalhador do Parque Ibirapuera há 16 anos, com muita honra, com muito orgulho, pertencente à Guarda Civil Metropolitana – porém não estou falando em nome da GCM, estou falando em nome dos trabalhadores do Parque, os quais represento no Conselho Gestor do Parque Ibirapuera -, como disse há pouco tempo, numa reunião nossa, o novo nos assusta. Porém, senhores, o novo é bem vindo, guardadas as devidas considerações. Quando a gente precisa de uma gentileza, muitas vezes, de algum colega da cooperativa, do Eduardo, que muitas vezes nos ajuda com alguma situação emergencial, para que nós possamos fazer o melhor serviço para os senhores, em termos de cuidar das pessoas, de socorrer as pessoas.

Então eu peço para que os senhores, de repente, se puderem colocar algum aditivo no Plano referente aos trabalhadores da Administração Pública Direta e Indireta, que trabalham lá, desde às 5 horas da manhã até a meia-noite. Que os senhores olhem para esses trabalhadores do Parque do Ibirapuera com carinho; ou melhor, visitem as condições de trabalho dos colegas lá.

Portanto, eu reitero: o novo é bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o Sr. Victor Hugo Costa, do Instituto Semeia.

O SR. VICTOR HUGO COSTA - Boa noite a todos da Mesa e os demais. Estou aqui representando o Instituto Semeia.

O nosso Presidente não pôde comparecer, o Sr. Fernando Pieroni mas eu queria dizer que a gente acredita nos parques como espaços que se abrem para receber os cidadãos e que cada laço ali fortalecido são sementes para criar uma conexão maior das pessoas com o meio ambiente.

Esse é um conceito em que a gente acredita muito. E a gente também acredita que a concessão pode ser sim um caminho para melhorar a gestão do espaço público.

A gente fica feliz pela discussão do Plano Diretor. Não vou fazer nenhum apontamento específico, mas é muito bom ter esse espaço aberto e ver que a Prefeitura abriu para a discussão e contribuição da sociedade, porque é isso que a gente quer no final das contas: um parque que, acima de tudo, não atenda a interesses específicos e privados de algumas pessoas, em particular, mas que atenda aos interesses da sociedade, da Cidade e dos cidadãos como um todo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Tem a palavra a Sra. Riciane Pombo.

A SRA. RICIANE POMBO - Boa noite. Estou muito feliz de ter ouvido várias falas sobre meio ambiente, sobre a questão das águas.

Sou Arquiteta, trabalho com paisagens urbanas, com foco em infraestrutura verde; e, desde 2015, eu tenho estudado o Parque Ibirapuera e a relação das águas do Ibirapuera. A bacia do Córrego do Sapateiro é grande, que vem da Vila Mariana e contribui para o rio Pinheiros. É uma bacia importante.

Na época em que foi construído o parque, uma das exigências da empresa de saneamento era que fossem construídas bacias de retenção no parque, porque aquela área é de charco originalmente, que tem uma função hídrica em todo o sistema da Cidade. Por que estou falando isso? As lagoas são bacias de retenção que estão completamente assoreadas há muito tempo.

Em 2010, a empresa VA Saneamento foi contratada, através de uma licitação, para fazer o desassoreamento dessas lagoas. Eles iniciaram os trabalhos, mas interromperam. E

não se sabe o que aconteceu, até hoje tem processo rolando, que é meio sigiloso, e ninguém sabe; e isso não é falado no Plano Diretor: a importância dessas bacias serem limpas, a contribuição que ela faz para o rio Pinheiros.

Está aí a Sabesp lançando, de novo, uma proposta de limpar o rio Pinheiros. Como que vai limpar o Rio Pinheiro se a gente não limpa nem uma lagoa? Se a gente oferece projeto, não é Tobias, para fazer a limpeza dos lagos, para começar o tratamento da bacia, e é totalmente ignorado, porque não tinha uma empresa bancando diretamente, era uma parceria com a USOP, com a sociedade civil, através de pessoas que estavam estudando, pessoas que trabalham com questões hídricas, professores da USP, e isso foi totalmente negligenciado? Cadê o plano diretor falando da questão do desassoreamento das lagoas?

Só isso que eu queria falar.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Tem dois últimos inscritos, mas o Promotor precisa sair. Inclusive, ele não poderia estar aqui hoje, tenho que falar isso para vocês, porque ele tem uma questão pessoal para resolver. Ele veio porque é muito importante a presença dele. Eu te agradeço muito, viu, Promotor, pelo senhor estar aqui junto com a sua assessora.

Eu vou passar a palavra para ele se despedir rapidamente.

Voltamos, depois, com o Arlindo e o Pedro.

O SR. PROMOTOR – Rapidamente, só pedir desculpa a todos, porque eu infelizmente tenho que ir. E dizer que o Ministério Público está à disposição de todos vocês na Promotoria do Meio Ambiente. Qualquer coisa, podem comparecer, ligar, mandar email. E dizer também que eu, com o Dr. Natalini, que nós somos os autores das duas ações, estamos de olho nesse processo do plano diretor. Apesar de todo o nosso volume de serviço, o Ibirapuera, hoje, é prioridade na Promotoria, e, com certeza, também para o Dr. Natalini. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o Sr. Arlindo Amaro dos

Santos.

O SR. ARLINDO AMARO DOS SANTOS – É um prazer falar boa noite a todos.

Eu vou o Arlindo Amaro e moro na região do Ipiranga, São Paulo, ao lado do Parque da Independência.

Sobre o planejamento urbano da cidade, a gente costuma falar “conhecer e entender para compreender”. Eu creio que a maioria das pessoas não deve ter lido esse plano diretor do Parque da Independência, porque você pode oferecer qualquer argumento quando você tem conhecimento.

Como os planos diretor de 2002, de 2006, 2014, dos quais nada foi implantado. Parque do Ibirapuera, Parque da Independência e Parque Vira Lobos estão totalmente abandonados. É uma vergonha nacional. A gente vê o Parque do Ibirapuera com um lago que tem dois metros e meio de profundidade que tem dois metros de esgoto. Aí você fala: “Cadê a Secretaria do Verde? Cadê a área de preservação? Cadê a Câmara Municipal, que dificuldades ser fiscalizadora do Perfeito e da governa municipal?” A gente não vê isso na cidade, o que nós vemos é a aprovação de leis à toque de caixa, que parece uma pista de Fórmula 1. Joga, manda para a audiência pública.

Eu participei de todas as audiências públicas do plano diretor da cidade de São Paulo, e nenhum projeto citado no plano diretor da cidade de São Paulo foi implementado. Os 400km de ciclovia foram jogados. A melhor ciclovia que se tem é na região da Faria Lima, até o Parque Vila Lobos. Se você ir lá para Itaquera, Guaianases, pagamos 1200 reais por metro quadrado, que foi aprovado nesta Casa, e ponto final.

Do que queríamos para São Paulo de 2000 a 2010, nada foi feito. Cadê os planos de bairro? Onde estão os planos de bairro aprovados nesta Casa? Onde estão os 55 Vereadores, que dizem ser representantes da sociedade paulistana, que não cobram o Prefeito nem sequer em seus plano de meta.

O Prefeito Doria veio aqui e fez um juramento de 70 itens de plano de meta. Estamos há 480 dias para as eleições municipais. E isso mais lhe dá o interesse de uma

reeleição, e não um projeto que beneficia e melhora o meio ambiente da cidade. A verdade é bem essa: é interesse de jogo de reeleição, não interesse em questões ambientais. As leis municipais, estaduais e federais que regem sobre a regulamentação do saneamento, da melhoria dos córregos da cidade... Nós temos 3 mil e 500 km de córregos e rios na cidade de São Paulo inteiramente podres. O Governador falou que vai fazer o saneamento do rio Pinheiros. Quanta rede de esgoto cai dentro do rio Pinheiros, gente? São mais de 150 mil vasos sanitários ligados ao rio.

Prestem atenção: faltam 480 dias para as eleições municipais.

Um abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Pedro Sala Reis.

Eu só queria informar ao Sr. Arlindo que eu tenho 168 ações judiciais contra quatro ou cinco administrações no tempo em que sou Vereador. Então, se isso não é fiscalizar, realmente eu não sei o que é fiscalizar. Algumas eu ganhei, várias eu ganhei; ganhei e botei o Prefeito de joelhos para fazer o que tinha que fazer. Mas não foram todas – uma parte está correndo e algumas eu perdi. Mas eu fiz e continuo fazendo.

A próxima ação que eu vou mover é contra o Prefeito e o Governador por estarem sendo negligentes com a derrubada da Mata Atlântica remanescente da cidade de São Paulo. Está pronta a ação. (Palmas)

O SR. PEDRO SALA REIS – Bom, depois de falar de tantos ambientalistas e ficar com a missão de encerrar as reclamações e os adendos, eu vou falar um pouquinho dos corredores de rua. Apesar de eu não ter o *shape* dos melhores corredores de rua, mas eu, como muitos, também vou ao Parque do Ibirapuera desde os meus dois, três anos. Chego até a me emocionar. Meu pai é professor de educação física. Faz 30 anos que ele vai lá e promove a prática esportiva.

Ontem, eu fui super bem recebido pelo pessoal do Verde, na audiência pública. Eu fui superespecífico. Eu não tive o tempo e a dedicação de todo mundo para ler o Plano Diretor inteiro, mas eu fui ver como aquele Plano Diretor iria me afetar, porque eu vou para o Parque

do Ibirapuera para correr, para encontrar os meus amigos.

Eu fui ler, e, poxa, as assessorias esportivas, as pessoas que fazem yoga, as pessoas que têm o culto ao esporte e ao bem estar só vão poder ficar no parque orientando as pessoas a fazer a atividade do jeito certo até as sete horas da noite. Poxa, a pessoa que trabalha até as sete não vai mais ter o direito de ter uma indicação bacana sobre como ela deve correr, como ela deve fazer ioga? Por que a gente está sendo literalmente tolhidos de fazer o que queremos fazer? Eu concordo que temos de regar muito bem, porque, às vezes, as assessorias esportivas atrapalham; às vezes, o grupo de yoga está em cima da grama, e não deveria estar. Mas eu acho que podemos organizar do melhor jeito para as pessoas poderem ter acesso ao parque sempre. Hoje, se eu quiser, eu ainda consigo ir ao parque para correr. E a maioria das pessoas gosta de estar naquele lugar maravilhoso.

E por que colocar todo mundo junto? Por que colocar 500 corredores de rua que frequentam o Parque do Ibirapuera juntos para sair correndo juntos? Por que colocar todos os grupos de yoga juntos? Para que você vai fazer esse mutirão de gente ficar junto?

Esses são os meus dois pontos superespecíficos quanto ao plano. Eu não sou a pessoa melhor para falar de urbanismo. Mas como eu aprendi nesses últimos 15 dias, participando, lendo, foi uma experiência incrível.

E, por último, uma coisa que eu acho que eu também aprendi com o plano e com a professora que está ali, com todos os arquitetos, é que eu posso não entender de arquitetura, eu posso não entender de paisagismo. Mas, quando você está inserido num lugar agradável, como é o Parque do Ibirapuera, você vê o trabalho de um puta arquiteto sendo feito, o trabalho de um baita paisagista sendo feito, e o que a gente quer é que aquilo só fique melhor, para que possamos correr mais, para que consigamos fazer mais aula de yoga, para que consigamos ter o pilates, para que todas tribos conseguiram se reunir naquele ambiente que é um templo de São Paulo. Então parabéns a todo mundo que conseguiu vir aqui hoje. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Amigos e amigas, nós estamos nos encaminhando para o final. Mas, antes de nos encaminharmos para o final, quero fazer um

esclarecimento sobre uma regra da Câmara: quando um Vereador é citado pessoalmente, e se sente atingido, ele tem direito de resposta. Então houve aqui uma citação pessoal ao Tobias, e Tobias me mandou um bilhete. Eu não gostaria, de forma nenhuma, e não vou deixar que isso se transforme num bate-boca entre pessoas. Não é o nosso objetivo, mas, como ele foi citado pessoalmente numa fala, vou dar três minutos para que ele, seguindo o Regimento da Câmara, tenha o direito de resposta. Por favor, seja conciso na sua resposta.

O SR. TOBIAS – Obrigado, Natalini. Na fala anterior, acho que o único representante identificado, acho que sócio ou dirigente da Construcap responsável por esse projeto, na fala de três ou quatro minutos, reparei que ele gastou dois, quase três minutos, desqualificando o PIC, desqualificando o nosso trabalho de Amigos do Parque. Isso me faz pensar qual é o caráter dessa empresa que está entrando. Até então, a gente está debatendo o Plano Diretor. Aonde é que eles estão tentando entrar para debater e desqualificar o PIC.

E ele começa a citar coisas que parecem que... ou é uma estratégia estúpida ou é alguma coisa que eu não consigo imaginar o quê... “o PIC baixei na internet, e eles faturam 1 milhão por ano”. Estão lá: o PIC tem todos os dados auditados por terceiras transparente, tudo bonitinho.

Talvez ele não saiba que o terceiro setor toda hora é voluntária, minha e de tantos que estão aqui e são amigos do Parque, a gente tem que contabilizar com o valor do mercado. Então, infelizmente, não tem ninguém no PIC recebendo salário há anos. Eu recebi salário sempre que eu me dediquei *full time*, um salário mínimo e tinha que doar de volta. Não tenho orgulho não. Gostaria de estar recebendo 10 ou 15 mil reais e poder pagar isso para outras pessoas, mas, infelizmente, nos últimos anos, têm sido mais difícil porque a Prefeitura colocou uma concessão e não nos deixou doar mais e mais: nossos balanços são todos auditados e transparentes. Eu tentei achar aqui o da Construcap e não tem; não é transparente. Não está lá. Precisa? Não. O nosso tampouco precisa. A gente busca pela transparência. Por quê? Porque a gente é uma organização da sociedade civil de interesse público, porque no Estatuto que a gente tem é uma associação de amigos, está especificando exatamente o que a gente

faz, o que a gente é e o que a gente busca que é preservar o Parque e doar para o Parque. Cada centavo que entra no PIC é dedicado à causa do PIC; cada real que entra no PIC, como foi o da Cataratas, de fato, antes dessa história de concessão destruí-la, ela doou para gente 5 mil reais para restaurar o Bosque da Leitura. Ela viu na causa, como vizinhos do parque, falaram que queriam ajudar. Muito bem, claro. Aqui temos escritórios de advocacia distintos ajudando, temos construtoras distintas ajudando, com tempo, com doação de serviços, com imóveis, doaram 5 mil reais. A gente pediu “você não quer com esse projeto incentivado da cultura, para manter esse espaço aberto para todos, doar um pouco mais?” Eles doaram um pouco mais com incentivo fiscal. Isso pra gente é importante. A última doação deles foi feita antes desse processo se iniciar, antes do Doria fazer, foram registrados outros 5 mil reais. Registramos mutirões de limpezas. Infelizmente, foi tudo o que doaram, porque, uma vez iniciado o processo, a gente atacou tanto a abordagem de não se fazer um Plano Diretor antes da concessão, que eles falaram “não vamos mais entrar nisso”, mas o PIC é aberto para todas as empresas concorrentes, amigos, pessoas, todos que queiram fazer parte.

Eu sonho um dia que o PIC possa fazer muito mais do que faz hoje.

Obrigado, Natalini, pelo tempo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Está concedido o tempo.

Vou dar a palavra, finalmente, por alguns minutos, para a Tamires se despedir, e, depois, iremos para o encerramento da nossa audiência que acho que foi, com todos os problemas, foi muito vitoriosa e com grande participação, tanto que tivemos que abrir outra sala.

A SRA. TAMIRES – Bom, ao contrário das outras, que fiz colocação em cima de todas as falas, hoje, infelizmente, não conseguirei fazer isso. Muita gente me agradeceu, mas os agradecimentos têm que ser estendidos a todos os técnicos que estão trabalhando nisso, porque eu sou uma única pessoa que posso ter certa habilidade para juntar todo mundo para trabalhar e falar com o Conselho, mas se não tivesse a Juliana, o Eraldo, o Ricardinho e todos outros envolvidos, o pessoal do TI que me ajudou muito com a consulta pública, a qual não foi

nada fácil, mas eu falei: a gente tem de fazer e pronto. Então acho que os agradecimentos têm de ser estendidos a todo mundo envolvido nesse processo. Eu sou só um pedacinho, estou aqui na frente dando a cara a bater, mas tem muita gente trabalhando no processo.

Eu fiz questão de anotar, como sempre faço, todas as falas, resumi mais ou menos para fazer a análise do que incorpora e do que não incorpora. Acho que ficou muito claro que, às vezes, se confunde Plano de Gestão com Plano de Manejo, os diversos planos que, até agora, estamos na escola no exercício para fazer definições, e não é simples, não é fácil. Então, claro, as informações que vamos colocar vão confundir. Então, cabe revisões.

Eu deixei muito claro que publicamos a minuta, é uma estrutura, mas faltam sim informações, faltam revisões. Há materiais que nós estamos elaborando, coisas estão sendo feitas. Então estamos exatamente no momento de fazer o que estamos fazendo agora, que é falar, que é contribuir, que é escrever, que é procurar gente. Vamos fazer uma reunião? Vamos fazer uma reunião. Na quarta-feira, dia 21, a gente vai sentar, e assim vai. Então, o moço do Lageado, eu quero falar com você, não vai embora. O Jack também, estou atrás dele, e do Chicão: Chicão, vamos falar e ver o que a gente faz.

Enfim, a Secretaria do Verde está totalmente à disposição de todos. Várias vezes eu deixei meu e-mail, tem gente que sabe até onde moro. Então estou totalmente à disposição pra fazer o melhor plano possível.

Quanto à questão do prazo, vamos atender esse prazo e lá vai ser decidido com o documento concreto o que nós vamos fazer. O empenho é muito grande no sentido de entregar um documento adequado e assim vencer essa etapa. *Vambora* porque, de fato, precisamos fazer as coisas acontecerem.

Eu agradeço a todos, agradeço a você, Vereador, obrigada, sempre confiou bastante em nosso trabalho; obrigada Sueli, Daniela, Cláudia e Cláudio, Tobias, todo mundo.

É isso!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Muito bem, pessoal, antes de encerrar,

eu queria só um minuto de vocês. Já que nós estamos aqui, nós estamos acompanhando, eu estou trabalhando, conversando muito com o promotor, que é muito sensato, muito sério. Então confio muito nele, nós estamos trabalhando, e o meu gabinete está empenhado. Mas nós não estamos dando mais pitacos porque achamos que não é a minha função. Mas o Leonardo, o Antônio, a Dra. Amanda estão acompanhando, conversando com muita gente e ajudando, mas sem intervir diretamente no processo porque não é a minha função. A minha função é acompanhar, analisar, ver se vai sair um documento que a maioria da comunidade possa dizer: esse é o Plano Diretor que a gente acha deva ser encaminhado. Mas se não for, se houver muito dissenso, nós vamos analisar e usar a minha prerrogativa, eu acho que do Promotor também. Nós vamos analisar de que maneira vamos voltar na juíza, depois que o Plano for encerrado.

Se for necessário, Tamires, eu queria que você falasse para o Secretário, falasse para o Ravena - que é um conhecido da gente - se houver necessidade, se houver muita confusão, eu, pessoalmente – e acredito que o promotor também, nós vamos pedir à Prefeitura, assim como nós pedimos para Secretaria do Verde ser protagonista do processo, porque depois de três meses de coisas mal encaminhadas, que a SP Parcerias estava fazendo fechando o processo - e eu respeito a SP Parcerias, vocês que estão nos vendo, eu respeito vocês - mas fizeram lambança. Se tivessem desde o começo aberto o processo e colocado o Verde, que é da verdade o dono do parque, a Secretaria do Verde é a dona do Parque, teria sido melhor.

O Eraldo, de vez em quando, é confundido com algum sabiá do parque porque ele está lá não sei há quantos anos. Eraldo, quanto que nós sofremos com aqueles rolezinhos, tentando controlar aquelas crianças em coma alcoólico, você lembra?

Então, minha gente, nós somos Independentes, nós não estamos aqui do lado de a, b, c ou d. Estou fazendo o meu trabalho como Vereador, mesmo que isso possa desagradar algumas pessoas.

Por fim, eu peço licença a vocês, não é do assunto... Mas é! Não é, mas é.

Estamos aqui com um dossiê que o meu gabinete preparou com 90 áreas da cidade de São Paulo onde a Mata Atlântica remanescente da cidade de São Paulo está sendo devastada. E não é o Parque do Estado, são áreas municipais de São Paulo. (Pausa) O Parque do Estado, nós não estivemos lá, mas nós podemos ir se o senhor nos trouxer denúncia.

Eu peço encarecidamente o apoio de vocês para divulgar, para denunciar, para cobrar porque o crime organizado está metendo a motosserra, derrubando em Parelheiros, em Grajaú, no M' Boi Mirim, na zona Leste, na zona Oeste. Estão loteando criminosamente, vendendo os mananciais de São Paulo com valor do lote entre 30 e 150 mil. Isso está acontecendo agora. Já são 500 mil árvores, segundo os nossos cálculos, que foram para o chão, sem nenhuma ação seja da Prefeitura, do prefeito Bruno Covas, sem qualquer ação efetiva do Governador João Doria. Na hora em que São Paulo acordar, as matas foram para o chão, e aquelas matas produzem a água que serve a 5,3 milhões de pessoas, água das Represas Guarapiranga e Billings.

Peço a vocês apoio, não tem nada a ver com a questão do Ibirapuera, mas tem tudo a ver. Enquanto brigamos pela área verde central, estão destruindo as matas que restam na Cidade e é o PCC, o crime organizado. E não é loteamento de pobre, tem muito dinheiro em jogo.

O dossiê está no meu site, quem quiser pode olhar. Por favor, nos ajudem. Peço encarecidamente que vocês possam nos ajudar a divulgar e nos ajudar a deter esse grave, muito grave crime ambiental.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a todos da mesa e da plateia, dou os trabalhos por encerrado.

Muito obrigado, boa noite.

(Palmas)